



CECON
CENTRO DE ESTUDOS
DE CONJUNTURA E
POLÍTICA ECONÔMICA

Ação tardia, inação precoce, nova ação tardia: o PIB da pandemia e o cenário pessimista de 2021

Pedro Paulo Zahluth Bastos, Gabriel Petrini e Lorena Salces Dourado*

Resumo

- O PIB do Brasil em 2020 reforça o consenso científico que beira a unanimidade: é a pandemia que deprime a economia, e não as iniciativas de saúde pública capazes de controlá-la. A contração da economia e da mobilidade voluntária precederam ações de distanciamento social estritas, que chegaram atrasadas para controlar os vários picos da pandemia e, assim, criar condições para recuperação econômica sustentada.
- A bibliografia internacional sobre o impacto econômico da pandemia indica que ações de distanciamento social *moderadas* têm grande impacto econômico negativo que reforça o efeito do distanciamento voluntário, mas não são eficientes para reduzir a taxa de crescimento das infecções. Já ações de distanciamento social *estritas* conseguem sim reduzir as infecções, mas tem impacto econômico negativo pequeno na margem, pois a maior parte do impacto já tinha sido produzido pelo distanciamento voluntário e pela ação de distanciamento social moderada.
- A conclusão é óbvia: ao invés de ficar parado torcendo para que a economia não despenque – pois ela vai despençar mesmo sem lockdowns rigorosos -, *é melhor decretar lockdown rigoroso o mais cedo possível, acompanhando-o de ações para evitar novos surtos* (testagem, rastreamento de contatos e isolamento seletivo). Assim, a redução brusca das infecções pode criar condições epidemiológicas para uma recuperação econômica sustentada, pois enquanto houver risco de infecção haverá distanciamento voluntário. A médio prazo, portanto, não há conflito entre atividade econômica e controle da pandemia.
- A economia brasileira confirma o padrão internacional. Estimamos o distanciamento social voluntário avaliando dados de mobilidade nos estados brasileiros e comparando-os com alterações nas ações de distanciamento social. Em muitos estados há sincronia quase perfeita entre curvas de mobilidade e de número de casos independentemente de mudanças significativas em ações de distanciamento, o que se explica pelo distanciamento voluntário.
- Em razão do distanciamento voluntário, a recuperação econômica iniciada no terceiro trimestre desacelerou no quarto antes mesmo da interrupção do auxílio emergencial. A pandemia, tornando-se endemia, limitou a retomada da demanda e do emprego em serviços no último trimestre em razão dos riscos de transmissão, a despeito do relaxamento das ações de

*Os autores são professor e diretor associado do Cecon, doutorando/pesquisador do Cecon e graduanda do IE-UNICAMP. Agradecemos comentários de Joana Bragança Bastos (FCM-Unicamp), Edison Bueno (FCM-Unicamp), André Ribas Freitas (São Leopoldo Mandic), Luiz Gomes-Jr (UTFPR) e Ricardo Knudsen (KnudZen Consulting), eximindo-os de equívocos remanescentes.

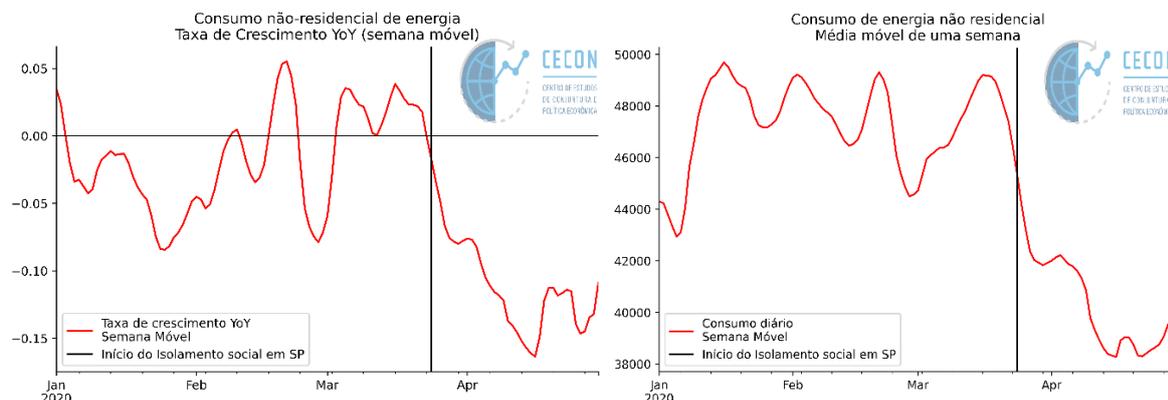
distanciamento social. Logo, tanto o distanciamento social quanto as políticas de defesa da renda foram mitigadas ou suspendidas cedo demais, e não foram acompanhadas nem sucedidas por ações para evitar novos surtos (testagem, rastreamento de contatos e isolamento seletivo) por falta de coordenação nacional.

- Como esperado, o recrudescimento da pandemia em 2021 foi novamente acompanhado da piora dos dados de mobilidade e dos indicadores econômicos. O indicador da OCDE para a semana concluída em 03 de abril de 2021 aponta para uma contração de 7,5%, uma deterioração de 6 p.p. em menos de dois meses que leva o índice ao patamar do final de julho de 2020, quando ocorria o primeiro pico da pandemia em São Paulo e no Rio de Janeiro.
- A gravidade da conjuntura aumenta a urgência da combinação de políticas de saúde pública com nova rodada de estímulos fiscais. Tal rodada deveria ser muito superior à retomada do auxílio emergencial em 06 de abril, que estimamos representar um choque negativo de 3% do PIB em relação aos valores de 2020.
- Sem controle da pandemia, a economia brasileira deve participar timidamente, na melhor das hipóteses, da recuperação do PIB dos grandes parceiros comerciais que ampliam a vacinação e controlam a pandemia em 2021. A pior das hipóteses, contudo, é cada vez mais provável.

Sem controle da pandemia, não há recuperação sustentada do PIB

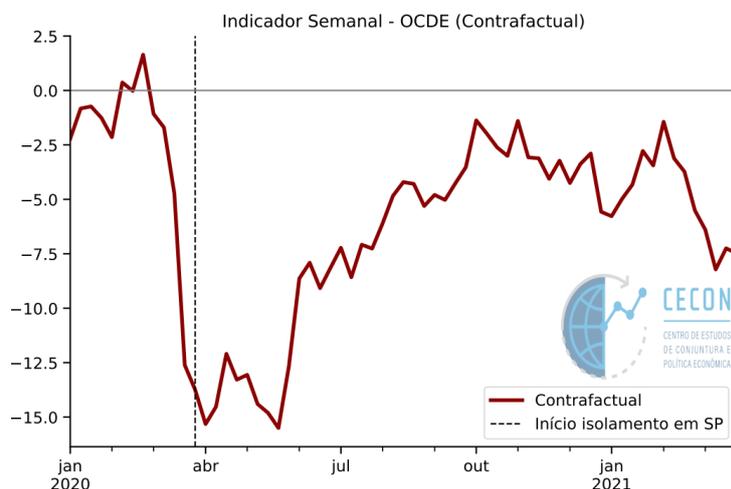
Desde o início da pandemia, a postura do governo federal foi a de privilegiar a preservação das atividades econômicas contra ações de distanciamento social destinadas a conter a infecção do Coronavírus em estados e municípios. Tal disjuntiva entre economia e pandemia não é formulada com rigor pelo governo, mas parece se basear em dois pressupostos: 1) que qualquer dano à atividade econômica resulta principalmente de ações de distanciamento social; 2) que os cidadãos não vão modificar seu comportamento econômico em função do agravamento da pandemia.

O PIB de 2020 refuta os dois pressupostos, com implicações importantes sobre: 1) o impacto econômico positivo, a médio prazo, das políticas de saúde pública capazes de controlar a pandemia, e 2) o cenário econômico para 2021 a depender do grau de descontrole da pandemia.

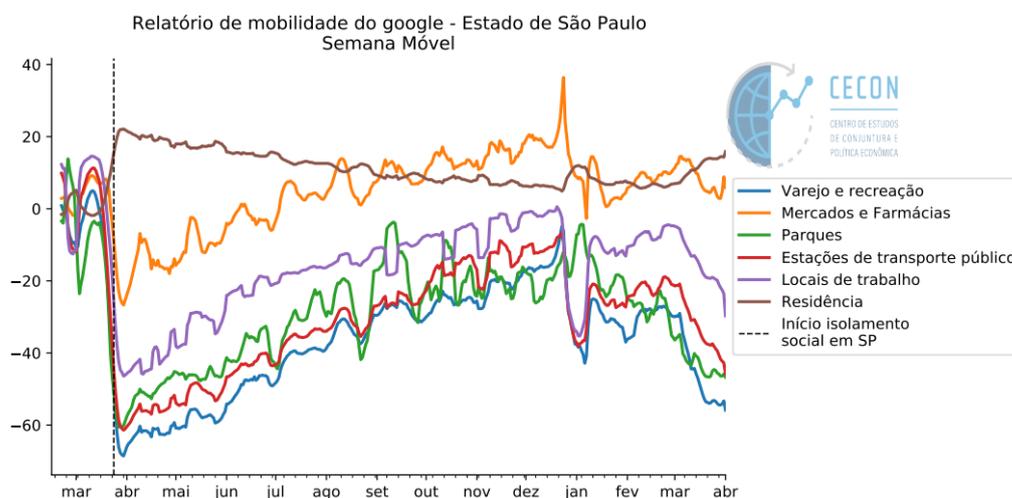


Em primeiro lugar, não é verdade que qualquer dano à atividade econômica resulte principalmente de ações de distanciamento social. A nota 14 do Cecon de maio passado

(Bastos et al. 2020) demonstrou que não foi a decretação de ações de distanciamento social que determinou o mergulho do PIB já no primeiro trimestre de 2020.¹ Em linha com ampla bibliografia internacional, mostramos que o contágio econômico global da pandemia sobre o Brasil, por canais financeiros e comerciais, ocorreu antes de sinais de transmissão viral massiva e das ações de distanciamento social. Assim, o PIB do primeiro trimestre caiu -1,5% em relação ao trimestre imediatamente anterior (QoQ). Tal queda se refletiu no consumo não-residencial de energia muito embora a decretação de ações (moderadas) de distanciamento social em SP, por exemplo, só tenha ocorrido em 24 de março. Em fevereiro, o setor de serviços (que representa 74% do PIB) já caía -1% em relação a janeiro.



Depois da publicação da nota 14, a OCDE passou a divulgar um indicador semanal de atividade econômica que confirma a proxy que usamos (consumo não-residencial de energia). Para a OCDE, a contração é ainda mais brusca antes da moderada ação de distanciamento social (ADS) em São Paulo em 24 de março de 2020, o que é confirmado pelos dados de mobilidade do Google para SP e Brasil.²

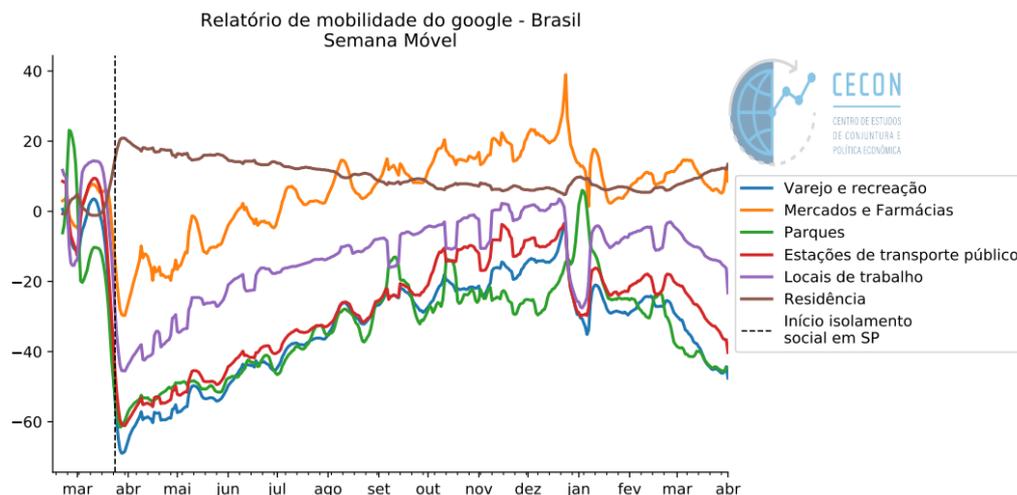


Isto sugere uma reflexão sobre as relações entre pandemia e economia. Se *o impacto econômico negativo (IEN) da pandemia é experimentado antes do agravamento das infecções* por causa do contágio financeiro e comercial, teria sido aconselhável decretar ações de distanciamento social e de apoio da renda muito antes do verificado. O distanciamento social em estágio inicial da pandemia poderia reforçar a retração econômica, que deveria ser limitada por uma ação anticíclica também precoce. Contudo, *o distanciamento limitaria fortemente a*

¹ “O impacto econômico da pandemia do Covid-19 e a contração do PIB no primeiro trimestre de 2020: não é culpa da política de saúde pública”. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/nota_cecon_14_PIB_corona.pdf.

² O dado contrafactual da OCDE compara o efetivamente verificado com a previsão feita antes da pandemia.

*transmissão viral em momento inicial da pandemia e, portanto, facilitaria a recuperação econômica posterior em conjunto com políticas anticíclicas.*³



Em segundo lugar, não é verdade que os cidadãos não modificam *voluntariamente* seu comportamento econômico em função do agravamento da pandemia. Como veremos, parte da contração econômica é explicada na bibliografia pelo distanciamento voluntário (DV), que tem IEN anterior à ADS. Por sua vez, se a ADS for interrompida antes do controle da pandemia, o DV continuará a ter um IEN que limita a recuperação da atividade. É exatamente isto que o indicador semanal da OCDE sugere: ocorre *uma perda de vigor da recuperação desde meados de novembro*, com nova queda na última semana de fevereiro. É improvável que este fato se explique apenas por motivos econômicos, como a redução do valor do auxílio emergencial no último trimestre de 2020. Afinal, dados de mobilidade do Google também mostram que o *pico de passagens por locais de trabalho e estações de transporte público* ocorreu em meados de novembro, que experimentou o *vale do tempo de permanência em residências* (que se reduzia desde abril). Não é o risco de infecção que explica a coincidência?

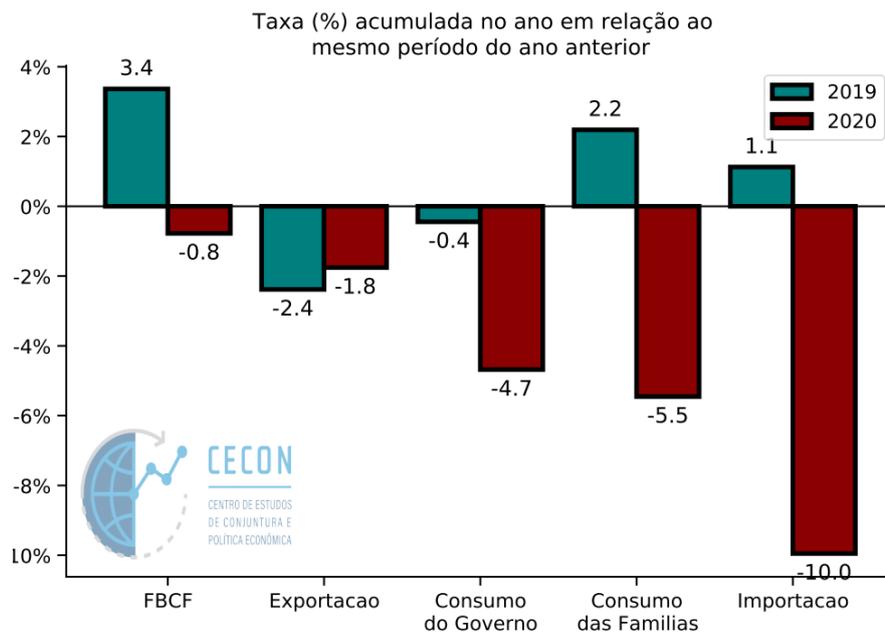
Em suma, em parte por causa da compreensão equivocada propagada pelo governo federal sobre a existência de um conflito (trade-off) a médio prazo entre atividade econômica e controle da pandemia, em parte por cálculos políticos, *a ação inicial de combate à pandemia e sustentação compensatória da renda foi tardia, o recuo em direção à nova inação foi precoce, e, tudo indica, a nova ação voltou a ser tardia com os pagamentos menores do novo Auxílio Emergencial iniciados apenas em 06 de abril de 2021.*

A contração do PIB em 2020 não resulta da ação de distanciamento social

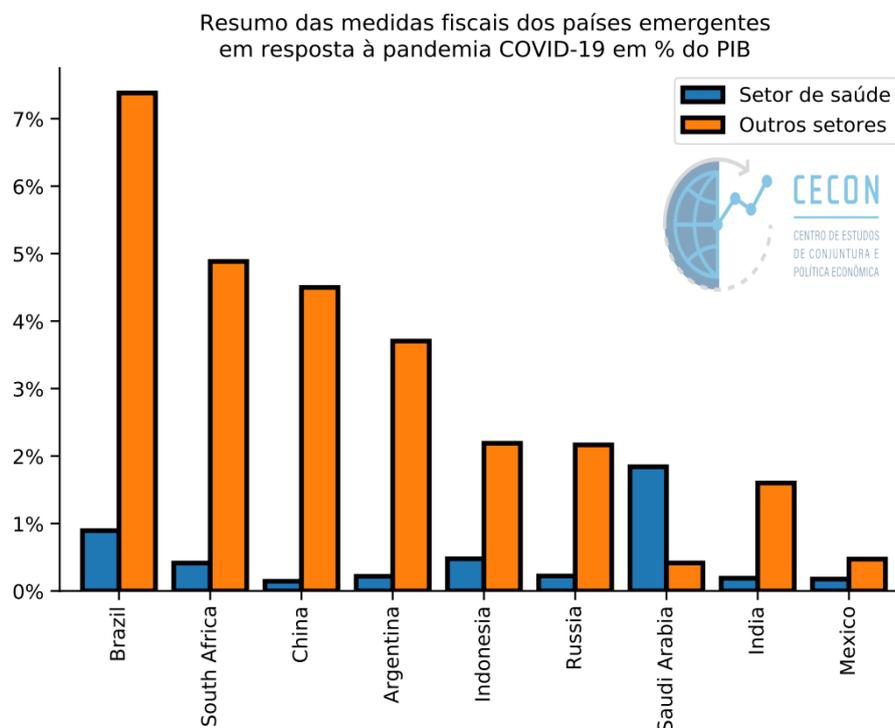
O PIB de 2020 registrou queda de 4,1%, liderada, no lado da demanda, pela retração do consumo das famílias (-5,5%) influenciada pelo distanciamento social (voluntário e compulsório). *A contração é explicada sim pela pandemia, mas não pela ação de distanciamento social (ADS).* Como vimos, o indicador semanal de atividade econômica da OCDE mostrou quase toda contração ocorrendo antes do início da ADS moderada em São Paulo em 24 de março. Embora em menor grau, o mesmo vale para a redução da mobilidade, já indicando a importância do distanciamento voluntário (DV), reiterada pela prevalência de

³ O IEN da ADS, ademais, seria tanto menor quanto maior o recurso a políticas inteligentes de testagem em massa (inclusive em aeroportos), rastreamento de contatos e isolamento seletivo, presentes em casos exitosos na Ásia e Oceania e ausentes do Brasil (Knudsen 2020).

recomendações para ficar em casa (e não de proibições para sair de casa). Adiante, avaliaremos os casos de outros estados brasileiros.

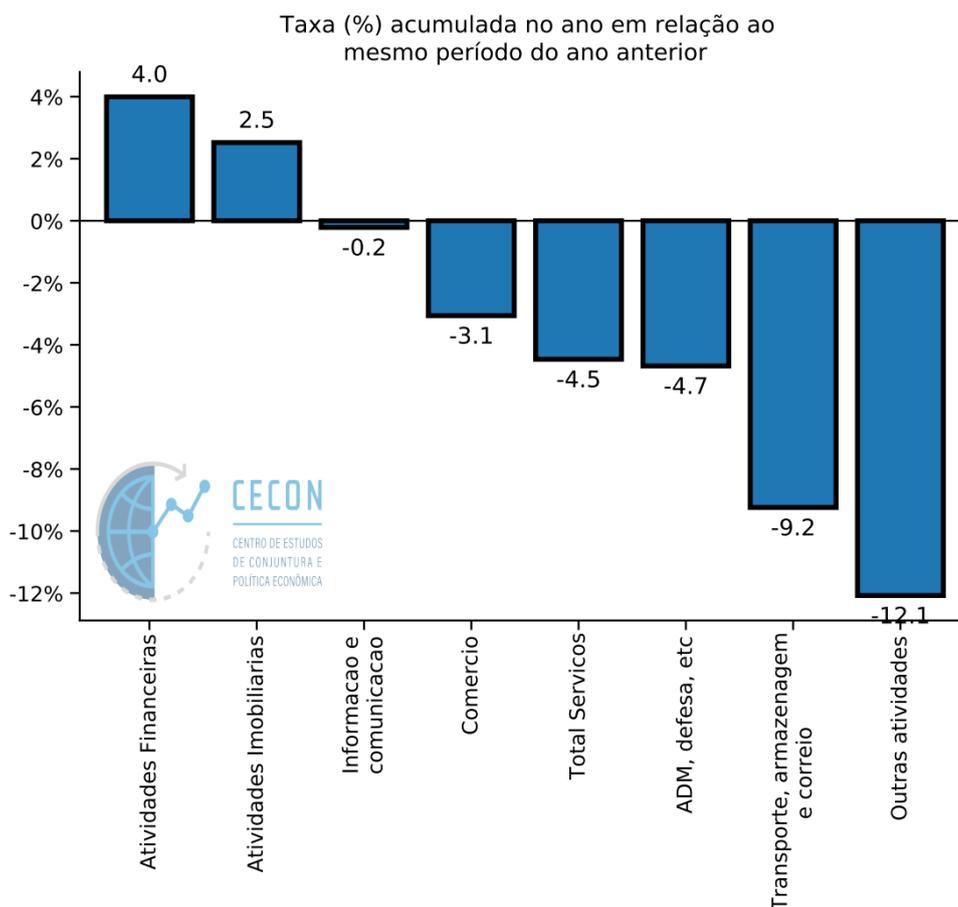


É importante notar que, no caso do consumo do governo, a diminuição de 4,7% capta a limitação da oferta de vários serviços públicos em razão da pandemia, mas não captura o impacto anticíclico da política econômica para evitar uma queda ainda maior do gasto privado. De fato, o pacote fiscal brasileiro foi o maior entre os países emergentes e se concentrou na política de sustentação da renda (PSR) da população mais vulnerável, através do auxílio emergencial (AE).

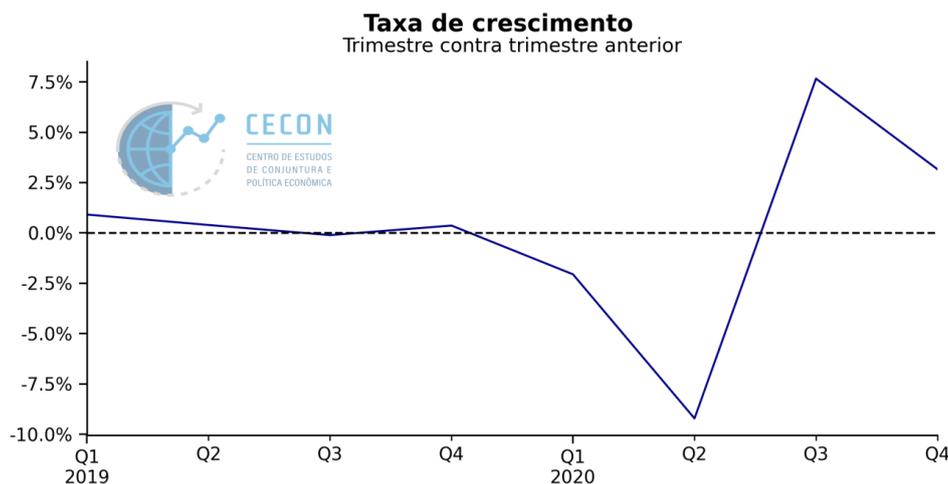


No lado da oferta, a retração do PIB foi liderada pelo setor de serviços (-5,5%). Em parte pelo distanciamento social, a construção também sofreu grande retração, puxada pelas obras de infraestrutura. Como esperado, a contração foi maior nos serviços mais suscetíveis ao distanciamento social: 1) serviços prestados às famílias como alojamento e alimentação, cultura, lazer, esporte, serviços pessoais e de educação não continuada; 2) transporte de passageiros. Em relação à pesquisa do PIB, a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) capturou

uma retração anual ainda maior no setor (-7,8%), com redução muito acentuada nos serviços prestados às famílias (-35,6%).

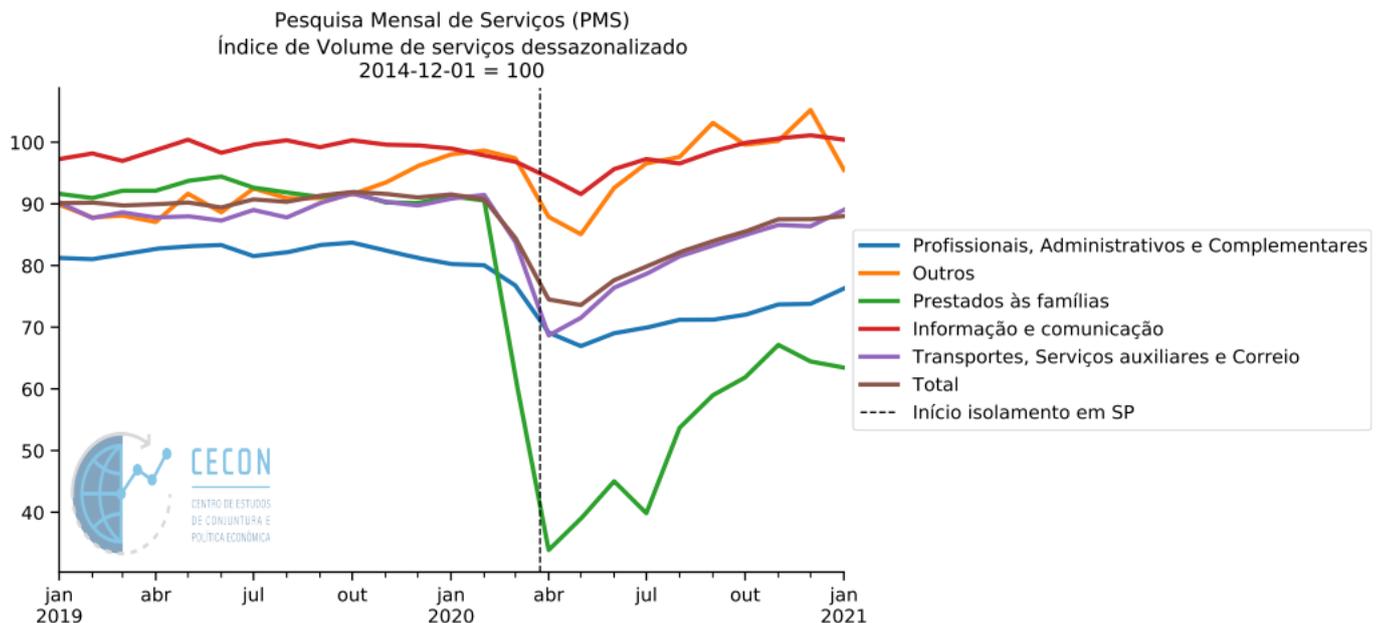


Já o segundo semestre de 2020 registrou uma recuperação desacelerada do PIB depois da recessão verificada no primeiro semestre. Nos dados de trimestre a trimestre, o crescimento de 7,7% do terceiro trimestre foi seguido de crescimento de apenas 3,2% no quarto.



Isto preocupa porque a desaceleração verificada no último trimestre foi marcante em serviços, ocorrendo *antes mesmo da interrupção do pagamento do auxílio emergencial (mas não de sua redução)*, e acompanhando o *recrudescimento da pandemia a partir de novembro*. Em dezembro, a PMS registrou leve queda mês a mês (-0,2%), sendo que duas das cinco atividades lideraram a retração: os serviços prestados às famílias (-3,6%) e os transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (-0,7%), exatamente os mais suscetíveis ao DV. Em janeiro, a queda dos serviços prestados às famílias (-1,5%) foi compensada por uma recuperação nos transportes (3,1%), tanto terrestre (3,9%) quanto aéreo (11,1%), associada ao represamento anterior de viagens de passageiros e ao transporte de cargas (provavelmente

para reposição de estoques depois do crescimento de compras natalinas pela internet). Isto não deve se repetir ao longo do primeiro trimestre, tendo em vista que os dados de mobilidade de Google, Apple, Waze e TomTom mostram queda brusca de mobilidade em cidades e estradas a partir da segunda quinzena de janeiro (ver anexo, p. 23-25).



Como a curva de infecções nunca foi achatada o suficiente pela ADS, o IEN da pandemia voltou a se fazer sentir no último trimestre de 2020 e no primeiro bimestre de 2021, segundo os dados de atividade semanal da OCDE acima referidos. O IEN do DV, particularmente nas atividades de serviços dependentes de contato pessoal, pode ser estimado pelo fato de que os dados de mobilidade do Google mostraram o *pico de passagens em locais de trabalho e estações de transporte público* em meados de novembro, com queda nas semanas seguintes.

Tais dados nos sugerem que, depois da recuperação econômica facilitada por política anticíclica sem precedentes para sustentar a renda, vínculos empregatícios e, tardiamente, a ampliação do crédito, o prolongamento da pandemia, e sua conversão em endemia, limitou a retomada da demanda e do emprego no setor de serviços desde o último trimestre de 2020 em razão do risco de transmissão viral a despeito do relaxamento da ADS.

Isto indica que *tanto as ações de distanciamento social quanto as políticas de defesa da renda foram mitigadas ou suspensas cedo demais*, ou seja, quando a pandemia ainda tinha grande impacto potencial sobre o distanciamento voluntário (DV). Antes de discutir os cenários prováveis de 2021, avaliemos brevemente a bibliografia sobre pandemia e economia para, em seguida, avaliarmos dados comparativos dos estados brasileiros.

O que diz a bibliografia sobre pandemia, políticas de saúde pública e nível de atividade?

Entre as sínteses da bibliografia, de particular importância é o World Economic Outlook-WEO (IMF, 2020), pois articula a bibliografia a novas bases de dados sobre a relação entre pandemia e atividade econômica. As bases são os indicadores de mobilidade de alta frequência, como Google Community Mobility Reports, e anúncios de vagas de trabalho fornecidos pelo Indeed. O estudo conclui que a adoção de ADS em geral e *lockdowns* em especial foram fatores importantes para explicar recessões em 2020. O gráfico seguinte demonstra a correlação entre grau de rigidez da ADS (*Lockdown Stringency* para o FMI) e erro na previsão do PIB feita antes da pandemia (ver anexo para dados nacionais, p. 21-2).

distanciamento voluntário. Logo, sem controle da pandemia, não há recuperação sustentada do PIB. A médio prazo, portanto, não há conflito (trade-off) entre atividade econômica e controle da pandemia. O prejuízo econômico trazido a curto prazo por um ADS estrita capaz de controlar a pandemia *tende a ser menor do que o prejuízo econômico a médio prazo associado ao descontrole da pandemia*.⁴

Em outras palavras, como o DV tem IEN mas não é suficiente para achatar a curva de infecções, a ADS estrita deve ser implementada nos estágios iniciais da pandemia. Quanto mais tarde for decretada a ADS estrita, maior o crescimento da pandemia e conseqüentemente do DV. Ao contrário, quanto mais cedo for decretada a ADS, mais ela elimina ou substitui o IEN do DV e mais facilmente achata a curva da pandemia. Logo, a ADS estrita e precoce não apenas controla melhor a pandemia, como também diminui o medo de infecção que induz o DV e seu IEN, criando condições epidemiológicas para recuperação econômica mais rápida.

O FMI também sugere que, para apoiar uma ADS estrita e compensar seu IEN, uma política de sustentação da renda (PSR) deve ser implementada simultaneamente. Assim, os agentes econômicos podem aderir à ADS sem risco intolerável à sobrevivência econômica e preservando em parte a demanda agregada, pelo menos até que programas de vacinação em massa aproximem o retorno da normalidade. Em atualização do WEO em 2021, afirma-se que a velocidade da recuperação econômica está subordinada ao que se chama de 'corrida' entre as mutações do vírus e as campanhas de vacinação, tão mais eficazes quando mais cobrirem o conjunto de países – pois se trata de pandemia e não epidemia (IMF, 2021a; 2021b).

Em suma, por um lado, o IEN da ADS será tanto menor quanto mais precocemente forem iniciadas, e quanto mais forem acompanhadas por iniciativas de sustentação de renda que incentivem a redução da mobilidade e compensem seu IEN. Por outro lado, a flexibilização e/ou eliminação de ADS não leva a uma retomada total da mobilidade enquanto os riscos de infecção persistirem, pois não eliminam o DV. Por isso, as ADS *não devem ser revertidas precocemente (antes de achatar a curva e/ou generalizar a vacinação), muito menos junto com uma interrupção brusca da PSR*. O objetivo é limitar o IEN da ADS a curto prazo e compensá-lo por uma recuperação mais sustentada a médio prazo.

Como o fracasso da política de saúde pública e o negacionismo prejudicaram o PIB?

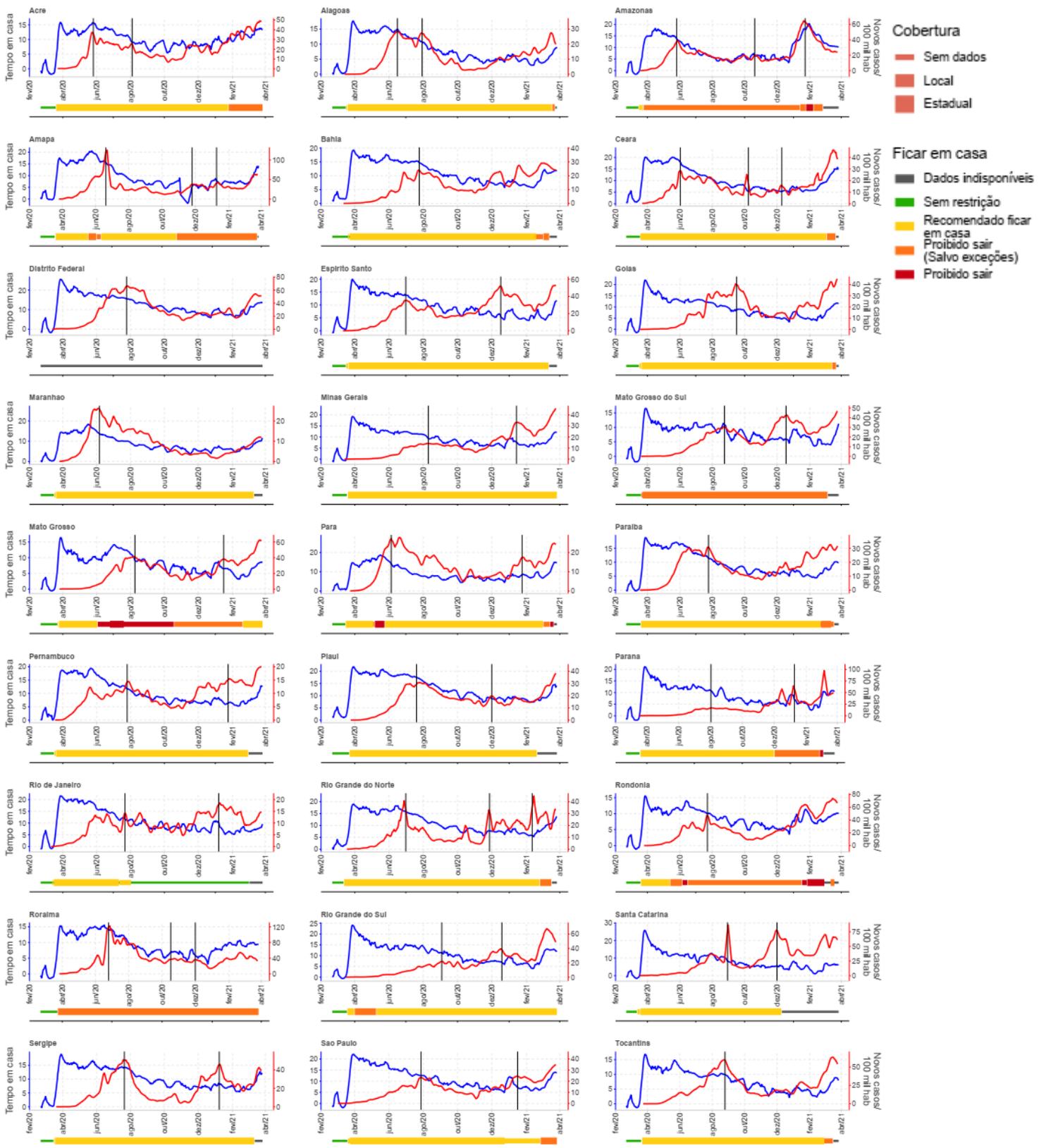
As considerações teóricas acima reforçam o ponto: a ação inicial do governo federal brasileiro no combate à pandemia e na sustentação da renda foi tardia, em seguida o recuo em direção à inação foi precoce, e, tudo indica, a nova ação voltou a ser tardia em abril de 2021, com prejuízo sério sobre o PIB de 2021.

De fato, o governo federal gastou grande volume de recursos, mas não só se absteve de coordenar ações estaduais de distanciamento social. O presidente também *boicotou ativamente* tais ações com atraso na distribuição de verbas e declarações negacionistas que induziram parte da população a subestimar os riscos da Covid-19 e até se aglomerar em protestos contra os responsáveis pela saúde pública. É provável que a intenção presidencial, imaginando priorizar a atividade econômica, fosse promover rapidamente a *imunidade de rebanho com aceleração das infecções* (Ventura & Reis 2021).

O pressuposto do boicote ao distanciamento é o suposto privilegio às atividades econômicas, sem entender que as pessoas, a não ser que não tenham opção ou se convençam a enfrentar a “gripezinha” de “peito aberto” e não como “maricas”, vão modificar seu

⁴ Isto está em linha com a enorme bibliografia resenhada pelo FMI e que não temos espaço para revisar aqui. Boa parte da mesma já foi avaliada em Bastos et al (2020), antes da resenha do FMI aliás.

comportamento voluntário em razão da pandemia e evitar consumir serviços que envolvam proximidade social. Como só parcela minoritária e decrescente da população é convencida pelo negacionismo, a racionalidade da maioria a levará a evitar certas atividades econômicas presenciais enquanto for preciso se defender do descontrole da pandemia, tal como indicado nos dados estaduais de mobilidade apresentados e discutidos a seguir.



Obs.: A curva azul refere-se à variação percentual do tempo em casa, a vermelha aos novos casos por 100 mil habitantes. A cor das barras inferiores indica o grau de restrição da ADS e sua espessura o grau de cobertura (local ou estadual). A fonte para mobilidade é o Google, para as políticas é a Oxford University, e para os casos é o Brasil.IO. As barras verticais indicam as datas dos picos do número de casos.

Em razão da ausência de coordenação e boicote federal, o início da ADS foi tardio e descoordenado nacionalmente. Dados dos estados brasileiros indicam que, até o primeiro pico da pandemia, as ações de distanciamento foram moderadas e não restritivas, a não ser para escolas e algumas repartições públicas. Elas sinalizaram a recomendação de ficar em casa, mas foram acompanhadas de *aumento gradual da mobilidade depois do susto inicial*, embora não se atingisse níveis de mobilidade pré-pandemia em razão do distanciamento voluntário.

Metodologicamente, os dados estaduais envolvem uma aproximação do problema: enquanto o número de casos por 100 mil habitantes é o reportado para a totalidade do estado (certamente com grau variável de subnotificação), os dados de mobilidade são captados para uma parte da população que habita as principais cidades dos estados e que desfruta de celulares com rastreamento móvel (anônimo) pelo Google. Em parte por isto, os estados com população fragmentada em diferentes regiões e/ou áreas metropolitanas relativamente distantes umas das outras tendem a apresentar menor sincronia entre as curvas de mobilidade (em azul) e de casos (em vermelho).⁵

Não obstante o caráter aproximativo, os dados parecem apoiar três hipóteses. Primeiro, em praticamente todos os estados (exceto Amazonas, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Roraima), os dados indicam políticas estaduais inicialmente moderadas, que *não conseguiram evitar nem um aumento gradual da mobilidade (depois do susto inicial) nem a aceleração do número de casos até o primeiro pico da pandemia*. É só tardiamente, sob o risco de colapso do sistema de saúde, que políticas mais estritas de distanciamento social são implementadas, mas *em nenhum momento com apoio federal para políticas inteligentes de testagem, rastreio de contatos e quarentena seletiva*, sequer em rodoviárias e aeroportos.

Segundo, o distanciamento voluntário (DV) é importante, com significativo impacto econômico. *Em nenhum caso a mobilidade voltou ao nível pré-pandemia*, em parte por conta do fechamento das escolas, e em parte por causa do distanciamento voluntário. O fato de que em muitos estados *há sincronia quase perfeita entre as curvas de mobilidade e de número de casos* indica a importância do distanciamento voluntário, pois *a variação da mobilidade ocorre independentemente de mudanças significativas na ação de distanciamento social*.

Terceiro, *as políticas mais estritas de distanciamento social não foram implementadas/fiscalizadas eficientemente nem foram coordenadas nacionalmente para evitar que focos regionais mantivessem a circulação da Covid-19* e as devolvessem, em seguida, para áreas que já tinham passado pelo primeiro pico. Assim, quando a ADS estrita foi eliminada, o DV continuou se verificando diante do risco de transmissão viral e, portanto, limitou a recuperação econômica do setor de serviços. Nacionalmente, como vimos, dados de mobilidade indicam que *o pico de passagens em locais de trabalho e estações de transporte público* aconteceu em meados de novembro, coincidindo com o *vale do tempo em residências* (que caía desde abril). Ou seja, o fato de que o número de casos de Covid-19 voltou a crescer em novembro *induziu retração voluntária da mobilidade que prejudicou a retomada da atividade econômica*. Não há recuperação econômica sustentada sem controle da pandemia!

Neste momento, *a política de sustentação da renda (PSR) e em particular o auxílio emergencial (AE) não poderiam ter sido reduzidos e muito menos eliminados*, tanto porque a recuperação da renda e do emprego ainda era limitada pela pandemia, quanto porque a necessidade de renda resultaria na transmissão viral crescente de populações vulneráveis, *criando condições para a retomada da pandemia e não da economia*.

⁵ O ideal é avaliar dados granulados em nível municipal ou metropolitano, o que será um próximo passo da pesquisa.

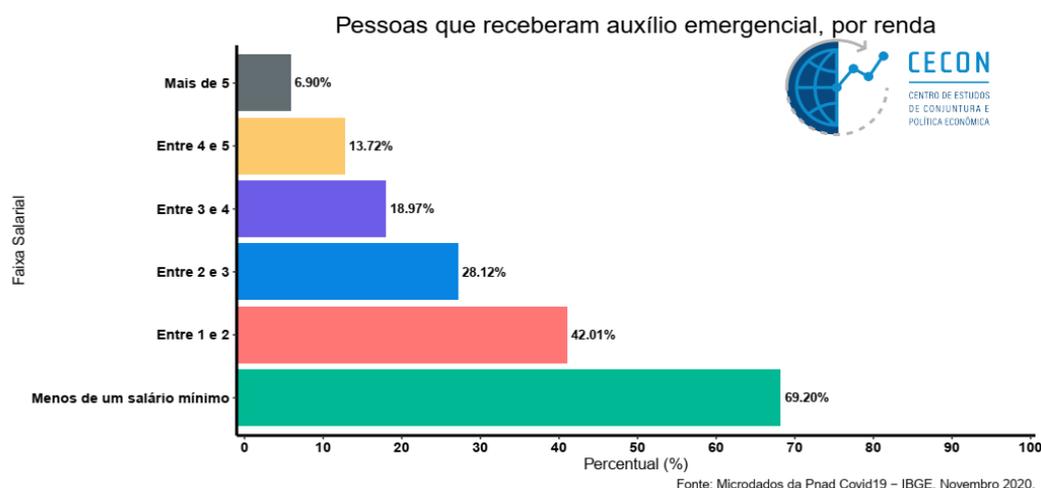
Reafirmando, em parte por causa do entendimento errado que é divulgado ativamente pelo presidente da República sobre a existência de um conflito (a médio prazo) entre atividade econômica e controle da pandemia, em parte por causa da pressão crescente contra os responsáveis pela saúde pública com argumentos econômicos equivocados, *a ação inicial de combate à pandemia e sustentação compensatória da renda foi tardia, o recuo em direção à nova inação foi precoce, e, tudo indica, a nova ação voltou a ser tardia*, considerando que os pagamentos do novo auxílio emergencial, bastante reduzidos, foram iniciados apenas em 06 de abril de 2021.

O que esperar do PIB de 2021?

Quando a pandemia agravou-se em 2021, repetiu-se o erro: demorou-se a decretar uma ADS estrita em estados e municípios porque elas não eram acompanhadas nem por apoio político federal nem por PSR de responsabilidade federal. Ao contrário, *o presidente ameaçou não transferir o pagamento do novo AE para cidadãos de estados que decretassem ADS*. O objetivo do presidente era provavelmente o de promover a mobilidade social com vistas a *acelerar a “imunização de rebanho” e jogar as populações vulneráveis contra os governadores e prefeitos*. O próprio atraso da tramitação de novo AE tinha por objetivo induzir a população vulnerável à mobilidade em busca de renda, às custas de atirar 55,2% da população (116,8 milhões de habitantes) em situação de insegurança alimentar, da qual 43,4 milhões (20,5%) sem alimentos em quantidade suficiente (insegurança alimentar moderada ou grave) e 19,1 milhões (9% da população) passando fome (Penssan 2021).

O sentido do AE deveria ser o contrário: facilitar o distanciamento social para acelerar o controle da pandemia, evitar o adoecimento e a vulnerabilidade alimentar das populações vulneráveis ao sustentar sua renda e, assim, sustentar também a demanda agregada da economia.

O boicote do distanciamento é rigorosamente míope: eficaz apenas para acelerar a pandemia e contraproducente para reativar a economia. *Promove a retomada da pandemia e não da economia*. De fato, não apenas a economia não se recuperou por causa do DV, como o recrudescimento da pandemia já tendia a provocar o colapso do sistema de saúde em meados de março (ver anexo, p.18), que pode se agravar a não ser que sejam tomadas iniciativas muito restritivas de distanciamento social. Elas inevitavelmente terão impacto econômico negativo que agrava o do distanciamento voluntário, derrubando a atividade econômica. De fato, o indicador da OCDE para a semana concluída em 03 de abril de 2021 *aponta para uma contração de 7,5%, uma deterioração de 6 p.p. em menos de dois meses* que leva o índice ao patamar do final de julho de 2020, quando ocorria o primeiro pico da pandemia em São Paulo e no Rio de Janeiro.



Para piorar a situação, a contenção do desastre macroeconômico em 2020 contou sobretudo com o auxílio emergencial, cuja interrupção só é mais danosa do que a retomada dos pagamentos, em 06 de abril de 2021, *em patamar que sequer garante a segurança alimentar das populações vulneráveis, para não falar da demanda agregada e do distanciamento social*. O gráfico acima indica a importância do auxílio para a sustentação da renda das pessoas que receberam o auxílio emergencial por faixa de renda. Nada menos de 69% dos cidadãos que recebiam menos de um salário-mínimo, e 42% entre 1 e 2 salários-mínimos dependeram do auxílio. Não surpreende que sua interrupção tenha atirado mais de 50% da população em situação de vulnerabilidade alimentar.⁶

(R\$ em milhões)	Auxílio Emergencial Inicial					Extensão do Auxílio Emergencial					% PIB	
	abr/20	mai/20	jun/20	jul/20	ago/20	set/20	out/20	nov/20	dez/20	2020	2020	
AE Total	35.781	41.188	44.700	45.920	45.061	24.002	20.896	18.523	18.496	294.566	4,0	
AE PBF	15.176	15.200	15.217	15.142	15.196	4.494	4.380	4.316	4.268	93.390	1,3	
AE CadÚnico não PBF	7.019	6.952	6.619	6.611	6.368	2.920	2.864	2.831	2.801	44.985	0,6	
AE Aplicativo	13.586	19.035	22.860	24.158	23.457	16.554	13.624	11.356	11.412	156.041	2,1	
AE Judicial	0	0	4	9	40	34	28	21	16	151	0,0	
PBF 2019 (abril a dezembro)	2.632	2.678	2.628	2.609	2.608	2.561	2.564	2.520	2.526	23.327		
PBF 2019 (atualizado 2020)										24.381	0,4	
AE "efetivo" (sem despesa PBF já prevista)										270.185	3,6	
Valor 2021										44.000	0,6	
Valor equivalente a set/out. 2020										44.898		

Para entendermos o choque negativo associado à redução do AE em 2021, a tabela acima sistematiza os dados do AE em 2020, separando as rubricas que somaram o valor total de R\$ 295 bilhões, cerca de 4% do PIB. Deste valor, subtraímos aquilo que foi pago a título do Bolsa-Família entre abril e dezembro de 2019, devidamente atualizado para valores de 2020. Consideramos que este valor já seria dispendido nos mesmos meses de 2020 independentemente da decisão de criar o AE. Assim, chegamos ao valor efetivamente criado pelo AE em 2020: R\$ 270 bilhões ou 3,6% do PIB.

Em 2021, a promessa é gastar o máximo de R\$ 44 bilhões, ou 0,6% do PIB de 2020. Isto é, 3% do PIB a menos, ou seis vezes menos em termos absolutos do que em 2020. O valor de 2021 chega a ser menor do que o gasto com o AE nos meses de setembro e outubro de 2020, quando o dispêndio já fora reduzido à metade em relação ao auxílio inicial. Considerando o agravamento da situação econômica e da pandemia, é possível imaginar que a economia brasileira, já prejudicada pelo aumento do distanciamento voluntário em 2021, será capaz de

⁶ Para uma estimativa do efeito do auxílio sobre a renda dos beneficiários, ver Gonçalves et al (2021). Para uma estimativa do impacto macroeconômico do auxílio, ver Sanches et al. (2021).

sustentar uma contração do gasto público para sustentação da renda de populações vulneráveis da ordem de 3% do PIB, sem experimentar um novo mergulho recessivo?

De um lado, o desmonte das demais políticas de suporte da renda e do emprego, e a lentidão em sua retomada, é mais um motivo que reforça o cenário pessimista. Por outro lado, o *World Economic Outlook* de abril de 2021 revisou para cima o crescimento da economia mundial para 6% em 2021, liderado por China, Estados Unidos e Índia. Embora tal crescimento possa puxar as exportações primárias e de semimanufaturados do Brasil, ele tem origem no estímulo fiscal sustentado, no controle da pandemia e na vitória da 'corrida' entre as mutações do vírus e as campanhas de vacinação (IMF 2021b, 14, 23).

Isto significa que países que deixarem de implementar o estímulo fiscal requerido, perderem o controle da pandemia e a corrida da vacinação contra as mutações virais tendem a não participar da recuperação global ainda que sejam favorecidos pela demanda por suas exportações. Passado mais de um ano, o governo federal não ofertou sistema de testagem eficiente, logística de distribuição de insumos médicos, transparência de dados ou planejamento adequado para vacinação. O atraso da vacinação no Brasil é notório, assim como a proliferação de novas cepas do novo Coronavírus. Isto pode isolar o país inclusive na América Latina, para não falar do resto do mundo.

Em razão do caráter endêmico da Covid-19 no Brasil, o risco de colapso do sistema de saúde, com consequências sociais e econômicas catastróficas, não pode ser descartado. Em 05/04/2021, um dia antes da retomada do pagamento do auxílio emergencial, dezenove estados e o Distrito Federal encontravam-se com taxas de ocupação de leitos de UTI Covid-19 para adultos no SUS superiores a 90%, e outros quatro estados entre 80% e 89% (Fiocruz 2021, 3).

A coincidência da piora dos indicadores econômicos e de saúde pública *aumenta a urgência da coordenação nacional de ações de distanciamento social* (combinadas com testagem/rastreamento) e *da elevação do valor da nova rodada do auxílio emergencial* para, no mínimo, o mesmo valor de 2020. Caso contrário, a melhor das hipóteses é que a economia brasileira participe timidamente da recuperação do PIB dos grandes parceiros comerciais que ampliam a vacinação e controlam a pandemia. Deixou de ser difícil imaginar a pior das hipóteses.



Referências

Bastos, Pedro P. Z., Luiz Gomes-Jr, Lorena Salces Dourado, Gabriel Petrini, Paulo Robilloti e Antonio Ibarra (2020). O impacto econômico da pandemia do Covid-19 e a contração do PIB no primeiro trimestre de 2020: não é culpa da política de saúde pública. Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica - IE/UNICAMP, Nota do Cecon, n.14, maio de 2020. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/nota_cecon_14_PIB_corona.pdf.

Fiocruz (2021) Boletim Observatório Covid-19 - Boletim Extraordinário, 6 de abril de 2021. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/boletim_extraordinario_2021-abril-06-red_2.pdf

Gonçalves, Ricardo, Julio Nascimento, Ana Luíza Matos de Oliveira, Carolina Michelman, Ana Paula Guidolin, Guilherme Mello (2021) Impactos do Auxílio Emergencial na Renda e no Índice de Gini. Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica - IE/UNICAMP, Nota do Cecon, n.16 abril de

2021. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/nota-cecon/nota-cecon-auxilio-emergencial-01042021final.pdf>

IMF (2020) *World Economic Outlook 2020: A Long and Difficult Ascent*. October, 2020.

IMF (2021a) *World Economic Outlook Update*. January 2021.

IMF (2021b) *World Economic Outlook 2021: Managing Divergent Recoveries*. April, 2021.

Knudsen, Ricardo (2020) Testing for tracing or testing just for treating? A comparative analysis of strategies to face COVID-19 pandemic. *medRxiv*, medRxiv preprint doi: <https://doi.org/10.1101/2020.06.01.20119123>.

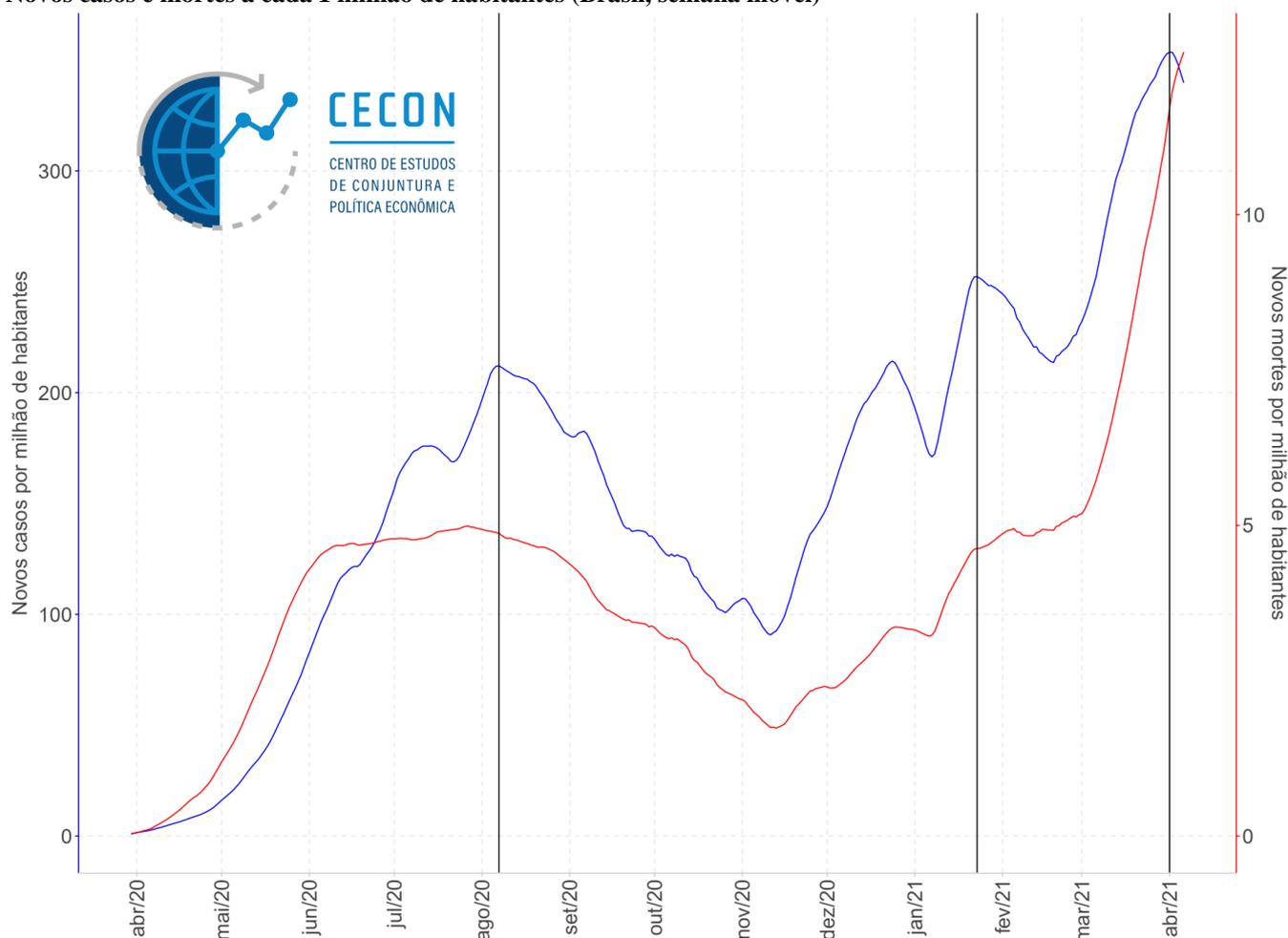
Penssan - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (2021) Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Abril 2021: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf

Sanches, Marina; Cardomingo, Matias; Carvalho, Laura (2021). Quão mais fundo poderia ter sido esse poço? Analisando o efeito estabilizador do Auxílio Emergencial em 2020 (Nota de Política Econômica nº 007). MADE/USP. Disponível em: <https://madeusp.com.br/publicacoes/artigos/quao-mais-fundo-poderia-ter-sido-esse-poco-analisando-o-efeito-estabilizador-do-auxilio-emergencial-em-2020/>

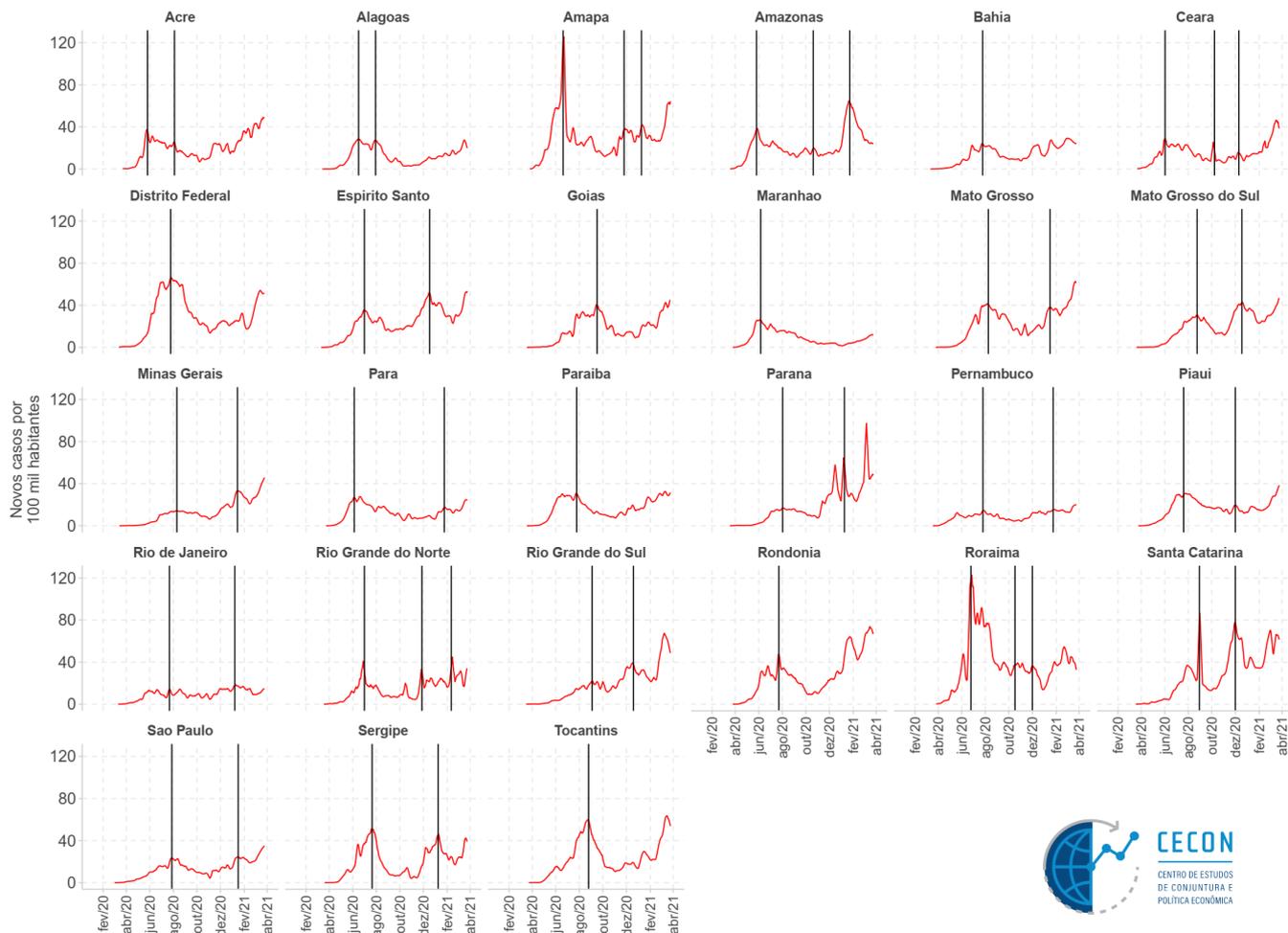
Ventura, Deise; Reis, Rossana (2021) A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da Covid-19: um ataque sem precedentes aos direitos humanos no Brasil Boletim Direitos na Pandemia n. 10, São Paulo, Brasil, CEPEDISA/USP & Conectas Human Rights, Janeiro 2021. Disponível em: <https://www.conectas.org/publicacoes/download/boletim-direitos-na-pandemia-no-10>.

ANEXO ESTATÍSTICO

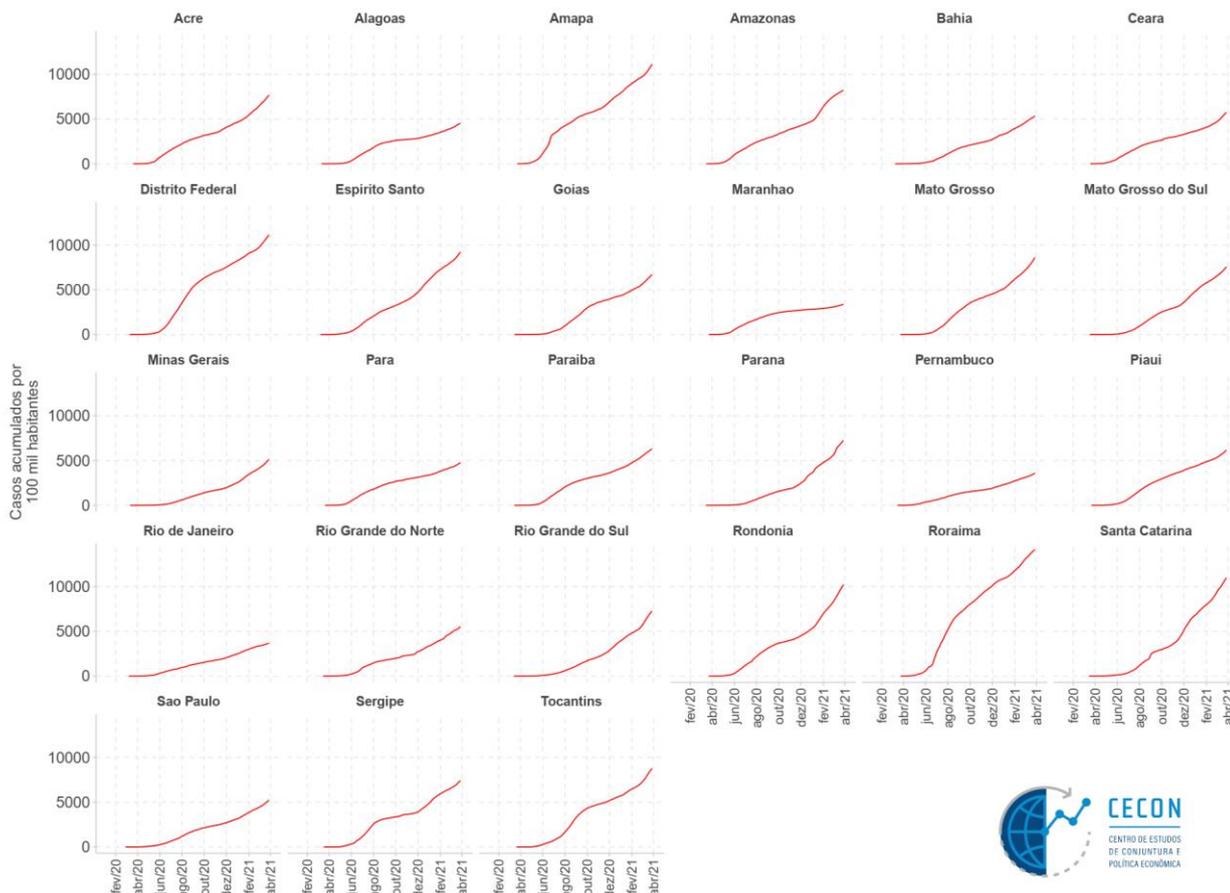
Novos casos e mortes a cada 1 milhão de habitantes (Brasil, semana móvel)



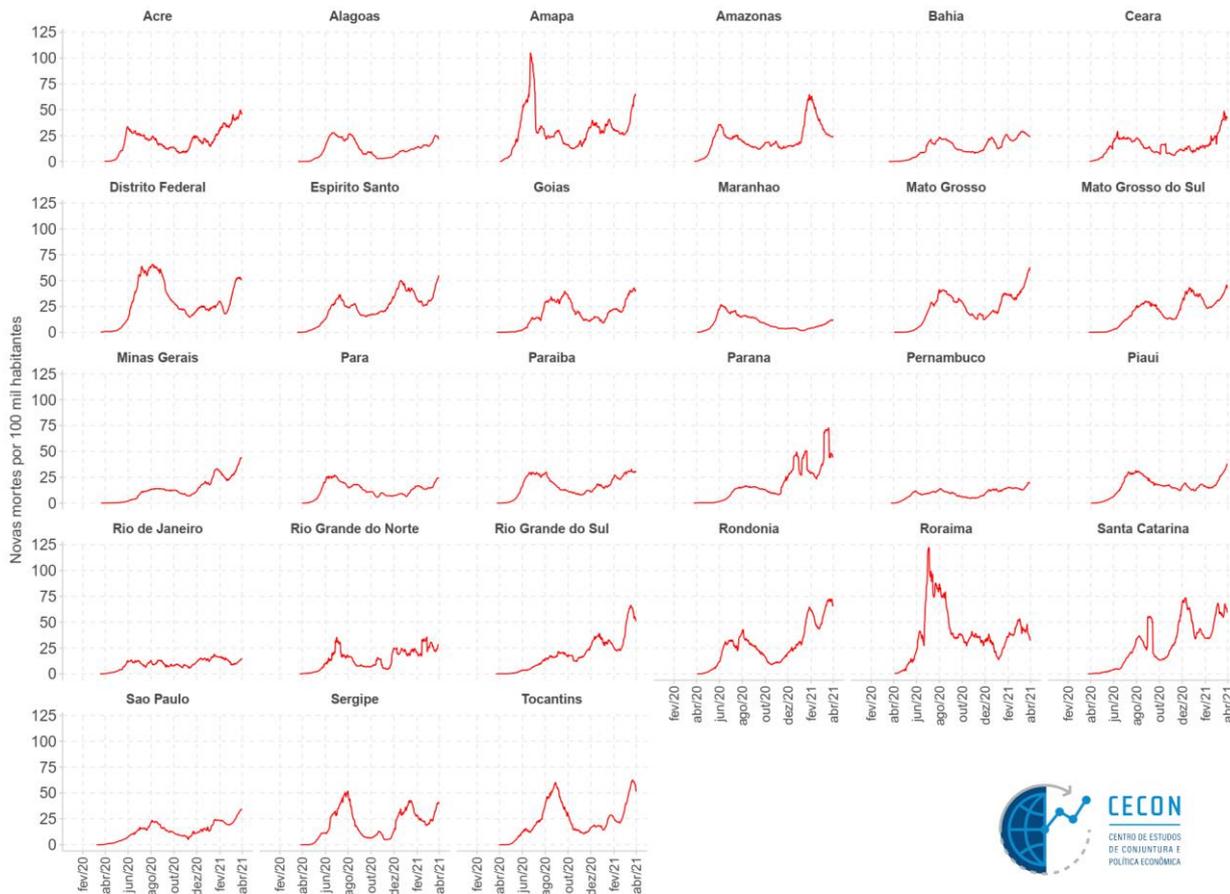
Novos casos a cada 100 mil habitantes nos estados brasileiros (semana móvel)



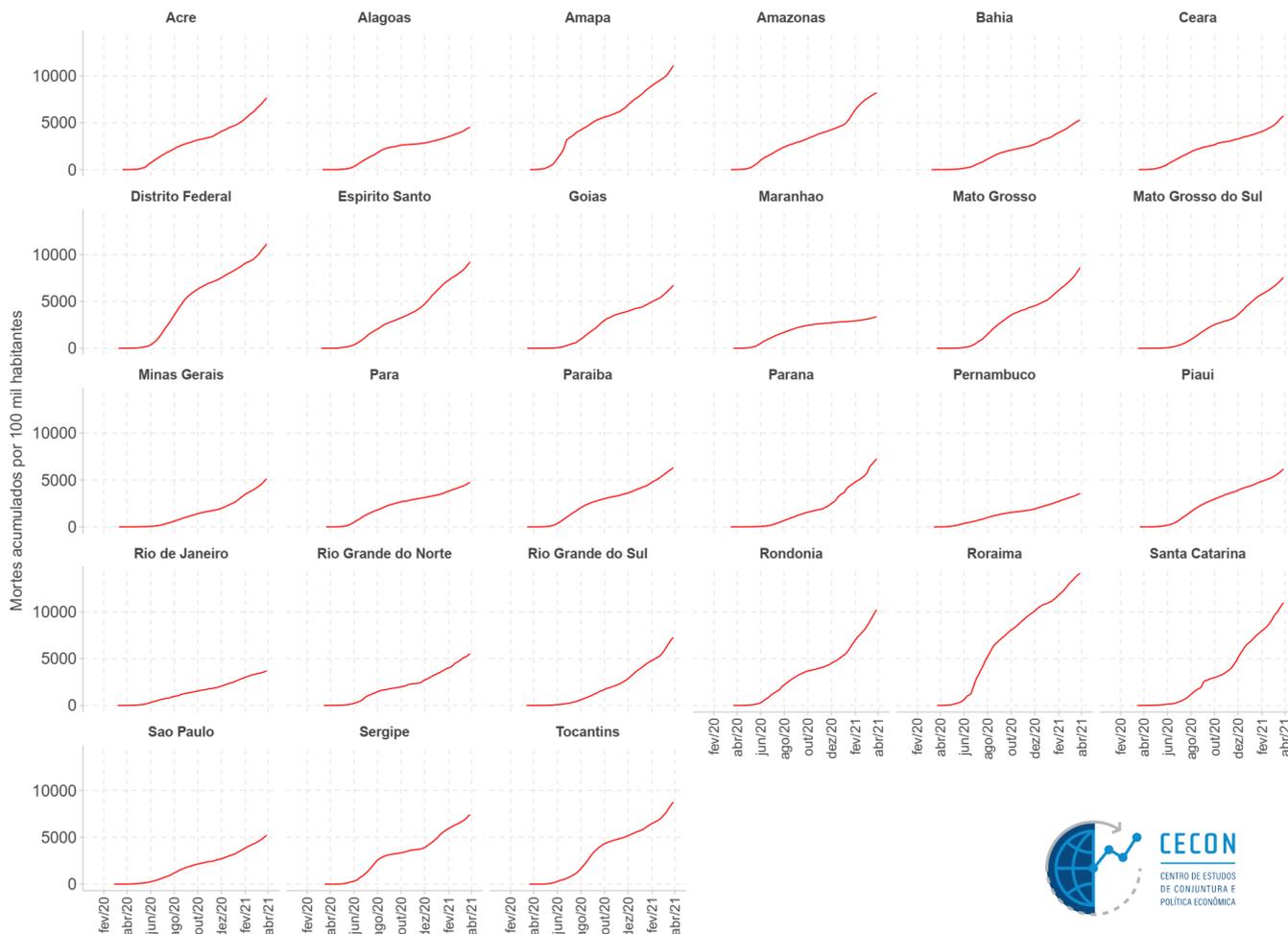
Casos acumulados a cada 100 mil habitantes nos estados brasileiros



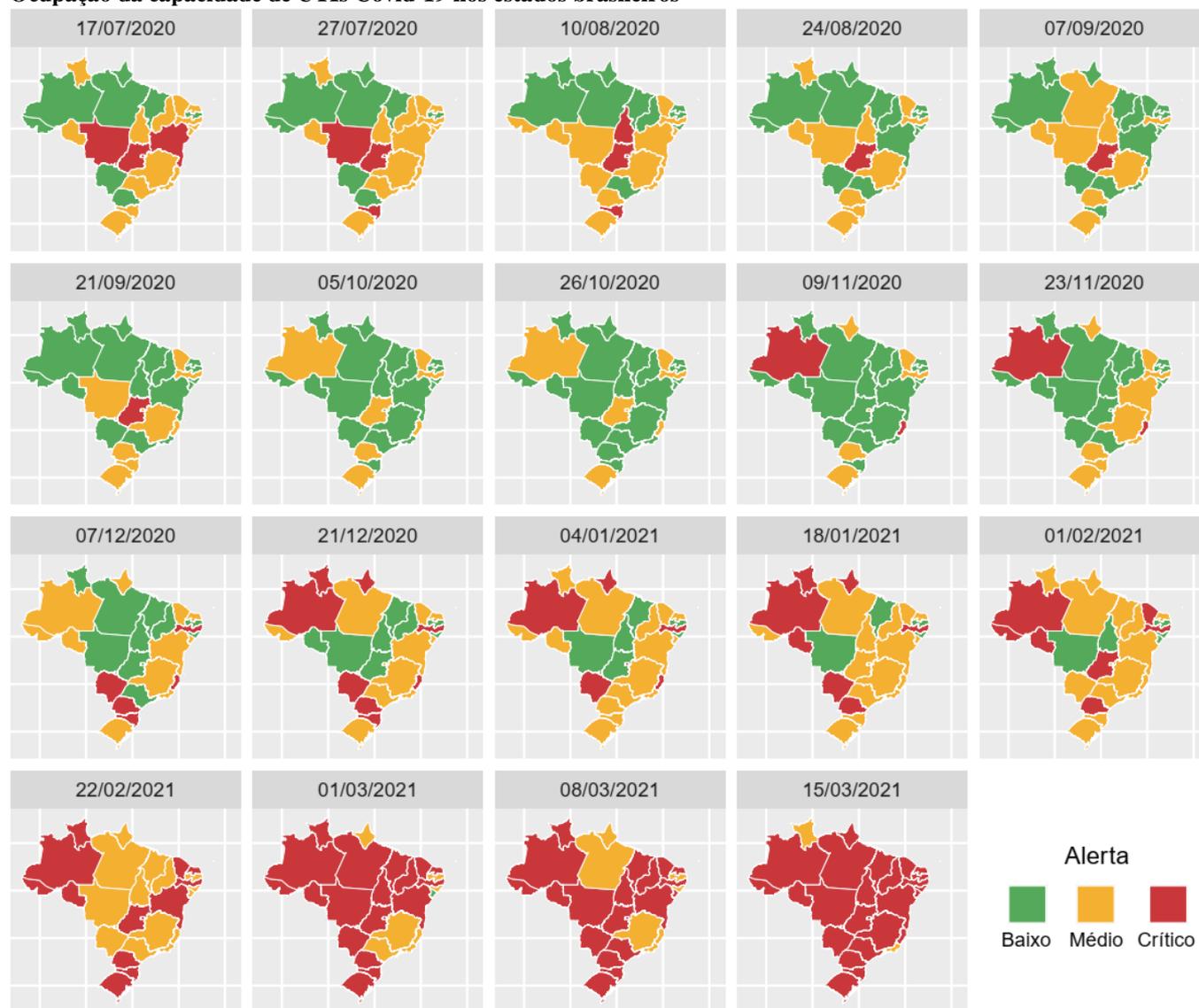
Novas mortes a cada 100 mil habitantes nos estados brasileiros (quinzena móvel)



Mortes acumuladas a cada 100 mil habitantes nos estados brasileiros

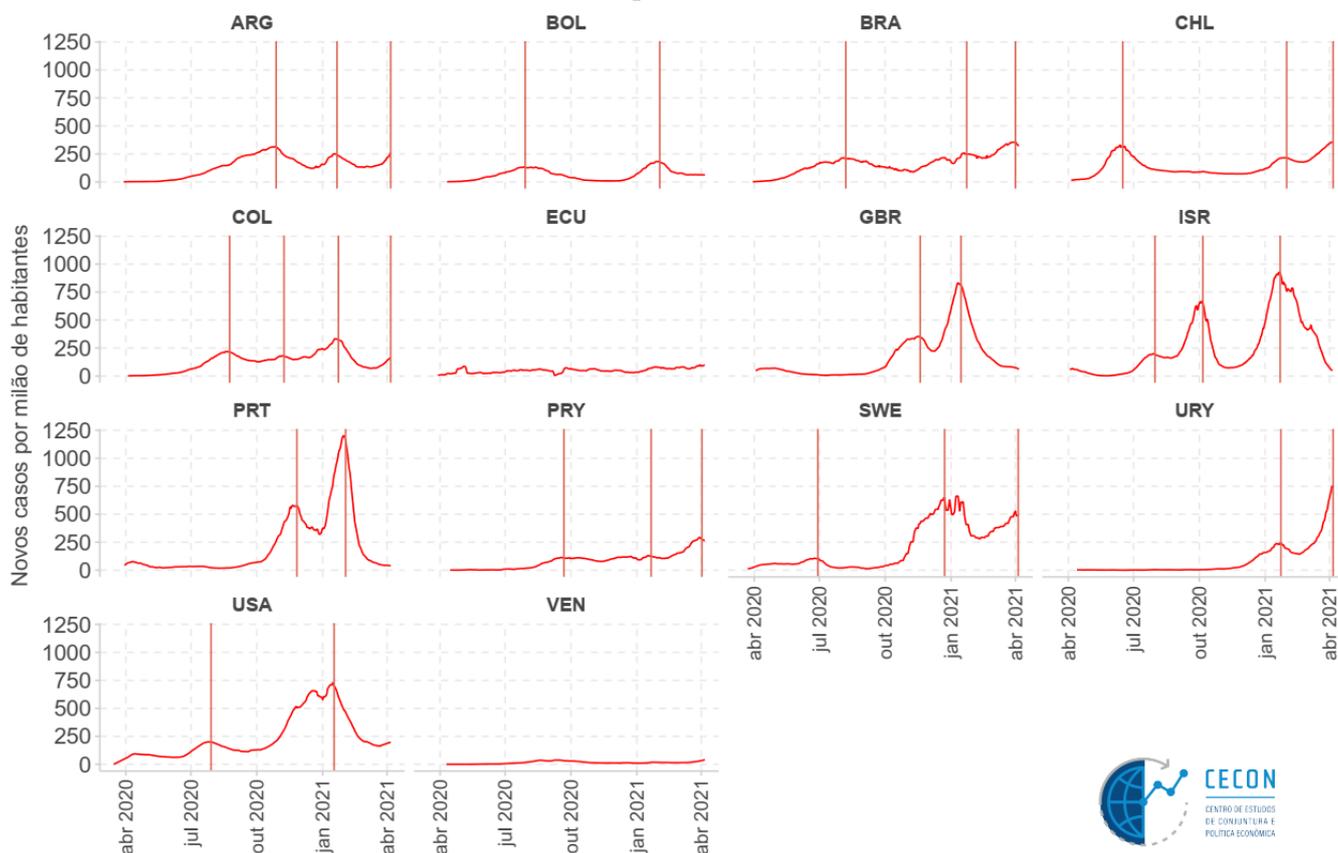


Ocupação da capacidade de UTIs Covid-19 nos estados brasileiros

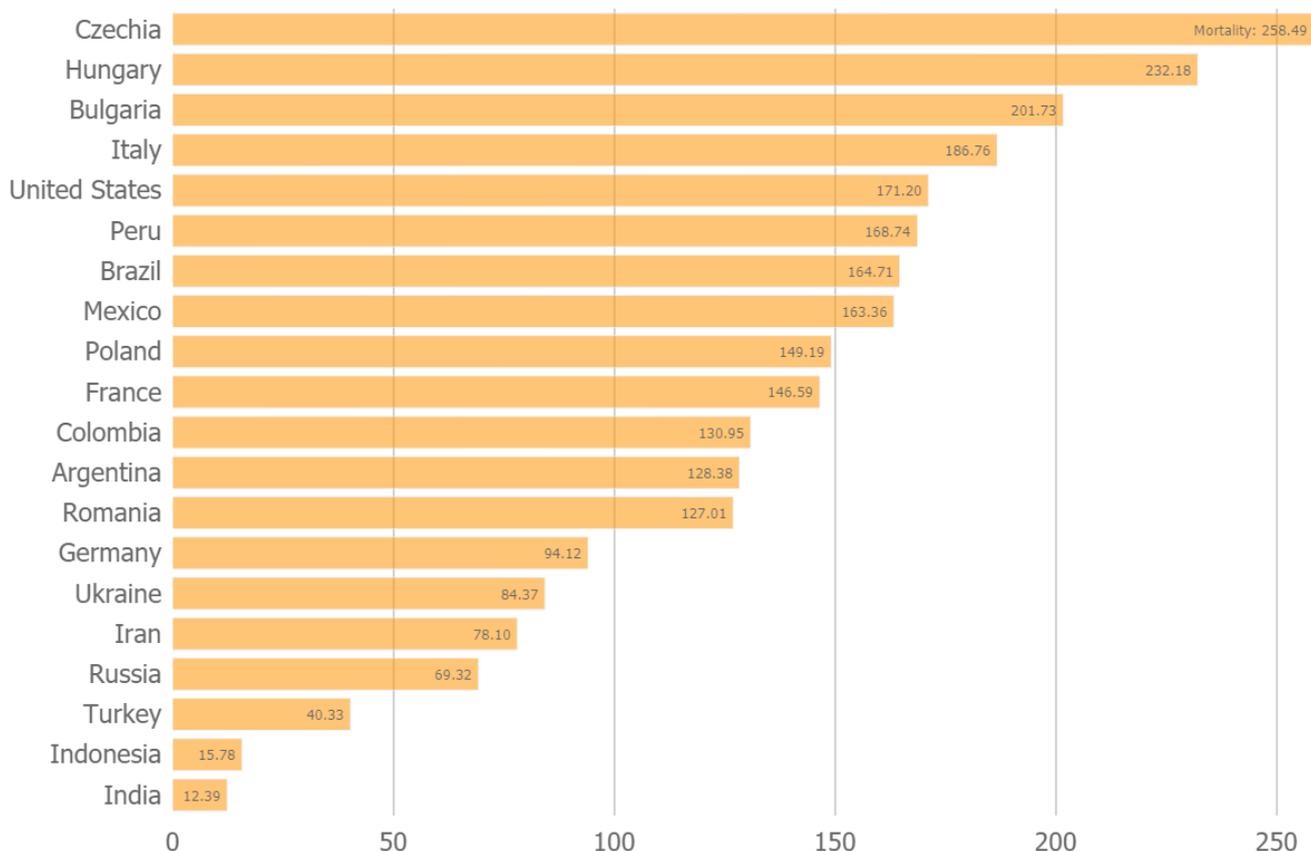


Fiocruz, Observatório Covid-19 <https://bit.ly/3vDIBCK>

Novos casos a cada 1 milhão de habitantes (Mercosul + países selecionados, semana móvel)



Mortes por 100 mil habitantes (em 09 de abril de 2021)

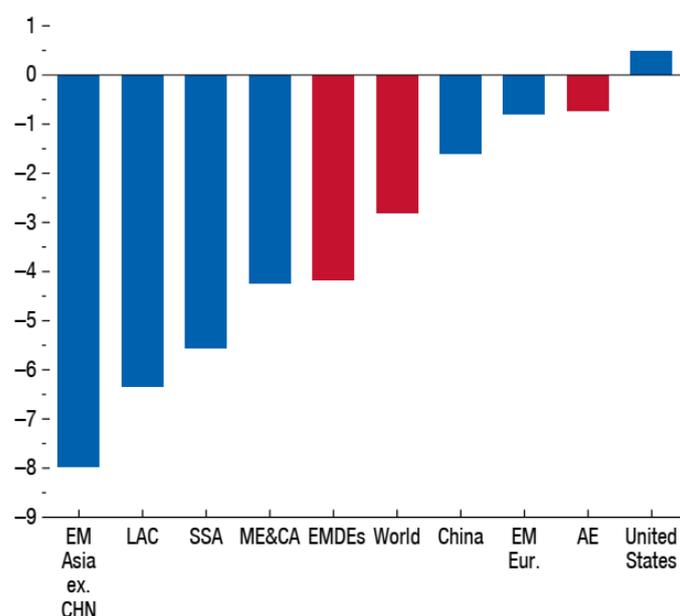


<https://coronavirus.jhu.edu/data/mortality>

Grau de restrição da ação de distanciamento social e erro de previsão do PIB segundo o FMI (2020b)

Países (ISO3)	2020:H1 Erro da previsão do PIB (%)	Rigidez do Lockdown
AUS	-4,54	37,21
AUT	-9,11	37,13
BEL	-9,65	41,34
BRA	-8,71	44,01
CAN	-8,81	40,92
CHL	-5,71	41,76
CHN	-7,82	62,36
COL	-10,70	49,59
HRV	-9,36	40,25
CZE	-8,87	34,38
DNK	-6,03	39,22
EST	-6,54	31,58
FIN	-5,24	28,49
FRA	-13,44	48,72
DEU	-7,04	35,39
GRC	-10,79	39,91
HKG	-4,45	43,62
HUN	-8,91	38,69
IND	-15,70	51,69
IDN	-6,09	42,06
IRL	-3,48	45,59
ISR	-6,44	49,81
ITA	-11,99	51,65
JPN	-6,27	24,21
KOR	-3,02	39,64
LVA	-7,49	33,94
LTU	-3,51	40,30
MYS	-12,54	40,67
MEX	-11,10	41,61
NLD	-6,49	40,82
NOR	-6,10	32,55
PER	-20,54	55,43
PHL	-15,14	58,33
POL	-6,56	40,53
PRT	-10,87	43,79
ROU	-7,04	44,54
RUS	-4,29	48,61
SRB	-4,59	40,73
SGP	-7,63	43,65
SVK	-10,39	40,44
SVN	-11,35	34,24
ZAF	-9,66	47,21
ESP	-14,65	42,21
SWE	-4,28	21,08
CHE	-6,16	37,10
TWN	-1,37	13,73
THA	-9,13	39,43
TUR	-5,42	42,28
UKR	-8,08	47,94
GBR	-12,91	38,99
USA	-6,44	43,14
VNM	-4,35	47,91

Perdas estimadas do PIB em 2024 em relação à previsão antes da Covid-19 (IMF 2021b, 11)



Source: IMF staff estimates.

Note: AE = advanced economies; EM Asia ex. CHN = emerging and developing Asia excluding China; EM Eur. = emerging and developing Europe; EMDEs = emerging market and developing economies; LAC = Latin America and the Caribbean; ME&CA = Middle East and Central Asia; SSA = sub-Saharan Africa.

Projeções do FMI para o PIB (IMF 2021b, 9)

	Year over Year				Q4 over Q4 ⁸			
	2019	2020	Projections		2019	2020	Projections	
			2021	2022			2021	2022
World Output	2.8	-3.3	6.0	4.4	2.5	-0.8	4.5	4.0
Advanced Economies	1.6	-4.7	5.1	3.6	1.5	-3.1	4.9	2.3
United States	2.2	-3.5	6.4	3.5	2.3	-2.5	6.3	2.3
Euro Area	1.3	-6.6	4.4	3.8	1.0	-4.9	4.4	2.4
Germany	0.6	-4.9	3.6	3.4	0.4	-3.6	3.4	2.8
France	1.5	-8.2	5.8	4.2	0.8	-4.9	4.5	2.6
Italy	0.3	-8.9	4.2	3.6	-0.2	-6.6	4.1	2.1
Spain	2.0	-11.0	6.4	4.7	1.7	-9.1	7.2	1.5
Japan	0.3	-4.8	3.3	2.5	-1.0	-1.3	2.0	1.8
United Kingdom	1.4	-9.9	5.3	5.1	1.2	-7.8	6.5	2.0
Canada	1.9	-5.4	5.0	4.7	1.7	-3.2	4.1	3.8
Other Advanced Economies ²	1.8	-2.1	4.4	3.4	2.0	-0.8	3.7	2.3
Emerging Market and Developing Economies	3.6	-2.2	6.7	5.0	3.5	1.2	4.0	5.5
Emerging and Developing Asia	5.3	-1.0	8.6	6.0	4.5	3.1	4.6	6.9
China	5.8	2.3	8.4	5.6	5.1	6.3	4.4	6.2
India ³	4.0	-8.0	12.5	6.9	2.9	-0.7	4.2	9.6
ASEAN-5 ⁴	4.8	-3.4	4.9	6.1	4.5	-2.8	5.6	5.8
Emerging and Developing Europe	2.4	-2.0	4.4	3.9
Russia	2.0	-3.1	3.8	3.8	2.9	-3.0	4.6	2.6
Latin America and the Caribbean	0.2	-7.0	4.6	3.1	-0.3	-3.5	1.8	2.6
Brazil	1.4	-4.1	3.7	2.6	1.6	-1.2	0.9	2.6
Mexico	-0.1	-8.2	5.0	3.0	-0.8	-4.5	2.6	2.7
Middle East and Central Asia	1.4	-2.9	3.7	3.8
Saudi Arabia	0.3	-4.1	2.9	4.0	-0.3	-4.1	4.8	4.0
Sub-Saharan Africa	3.2	-1.9	3.4	4.0
Nigeria	2.2	-1.8	2.5	2.3	1.9	-0.7	3.2	1.6
South Africa	0.2	-7.0	3.1	2.0	-0.6	-4.2	1.1	2.0
<i>Memorandum</i>								
World Growth Based on Market Exchange Rates	2.4	-3.6	5.8	4.1	2.2	-1.4	4.6	3.4
European Union	1.7	-6.1	4.4	3.9	1.4	-4.7	4.7	2.4
Middle East and North Africa	0.8	-3.4	4.0	3.7
Emerging Market and Middle-Income Economies	3.5	-2.4	6.9	5.0	3.5	1.2	4.0	5.5
Low-Income Developing Countries	5.3	0.0	4.3	5.2
World Trade Volume (goods and services)	0.9	-8.5	8.4	6.5
Imports								
Advanced Economies	1.7	-9.1	9.1	6.4
Emerging Market and Developing Economies	-1.0	-8.6	9.0	7.4
Exports								
Advanced Economies	1.3	-9.5	7.9	6.4
Emerging Market and Developing Economies	0.5	-5.7	7.6	6.0
Commodity Prices (US dollars)								
Oil ⁵	-10.2	-32.7	41.7	-6.3	-6.1	-27.6	30.9	-6.0
Nonfuel (average based on world commodity import weights)	0.8	6.7	16.1	-1.9	5.0	15.3	4.8	-0.5
Consumer Prices								
Advanced Economies ⁶	1.4	0.7	1.6	1.7	1.4	0.4	1.9	1.7
Emerging Market and Developing Economies ⁷	5.1	5.1	4.9	4.4	5.1	3.2	4.4	3.8
London Interbank Offered Rate (percent)								
On US Dollar Deposits (six month)	2.3	0.7	0.3	0.4
On Euro Deposits (three month)	-0.4	-0.4	-0.5	-0.5
On Japanese Yen Deposits (six month)	0.0	0.0	-0.1	0.0

⁴Indonesia, Malaysia, Philippines, Thailand, Vietnam.

⁵Simple average of prices of UK Brent, Dubai Fateh, and West Texas Intermediate crude oil. The average price of oil in US dollars a barrel was \$41.29 in 2020; the assumed price, based on futures markets, is \$58.52 in 2021 and \$54.83 in 2022.

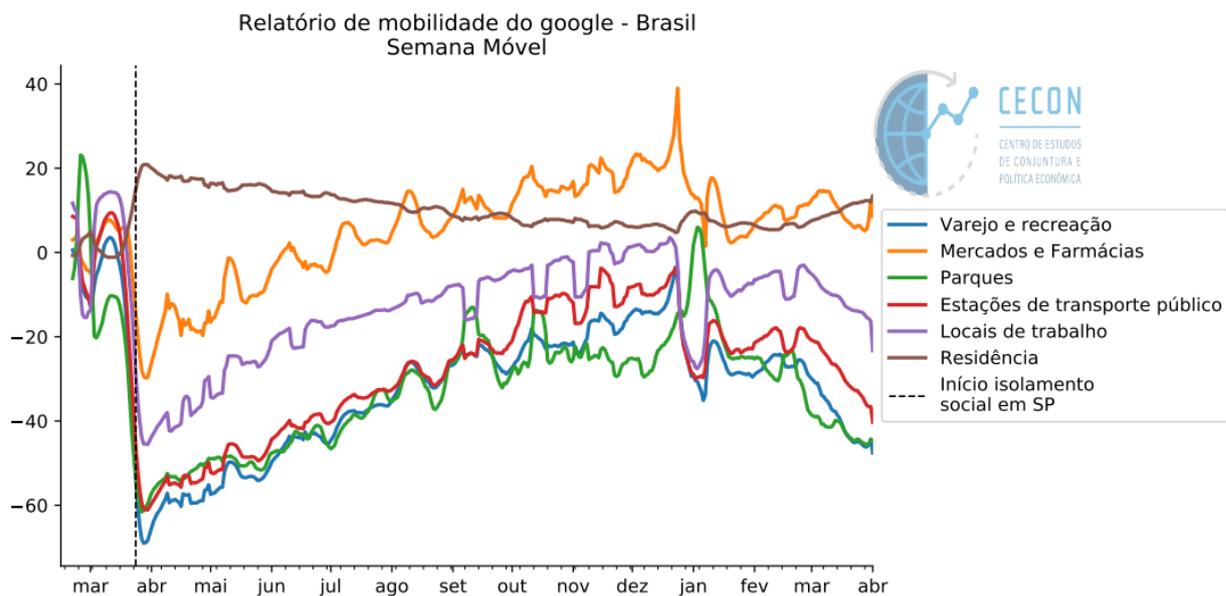
⁶The inflation rates for 2021 and 2022, respectively, are as follows: 1.4 percent and 1.2 percent for the euro area, 0.1 percent and 0.7 percent for Japan, and 2.3 percent and 2.4 percent for the United States.

⁷Excludes Venezuela. See country-specific note for Venezuela in the "Country Notes" section of the Statistical Appendix.

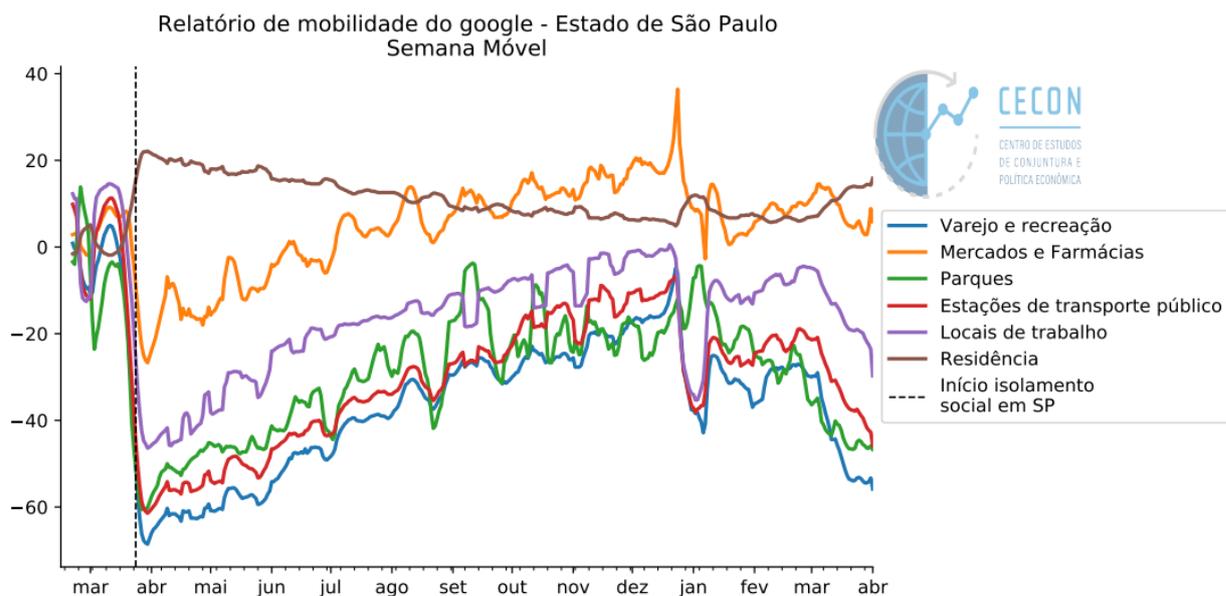
⁸For world output, the quarterly estimates and projections account for approximately 90 percent of annual world output at purchasing-power-parity weights. For emerging market and developing economies, the quarterly estimates and projections account for approximately 80 percent of annual emerging market and developing economies' output at purchasing-power-parity weights.

Google Reports: Brasil

Brasil

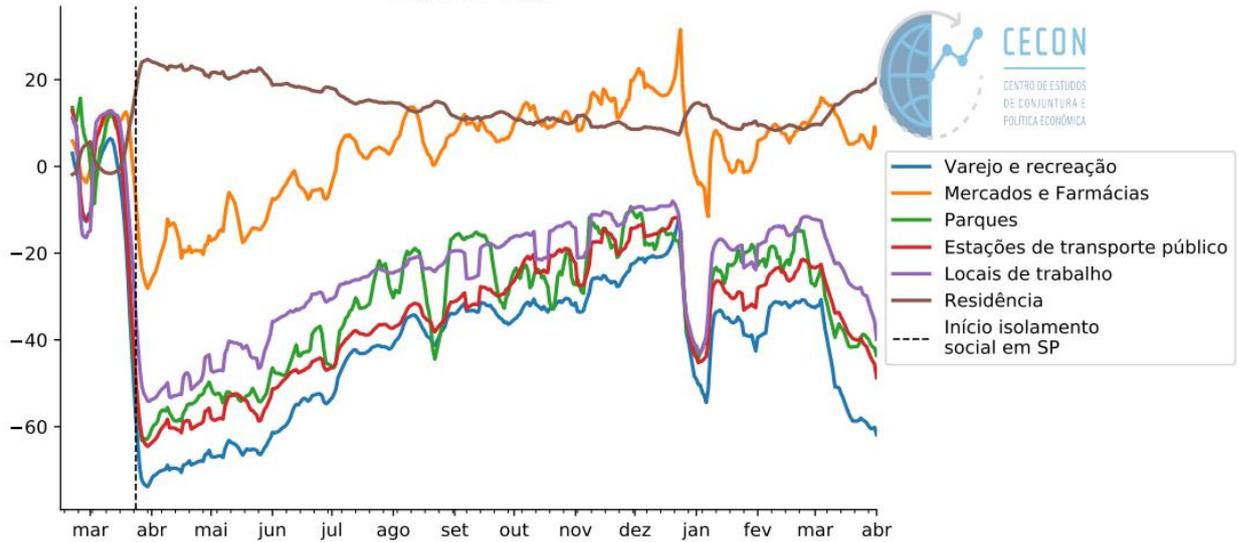


Estado de São Paulo



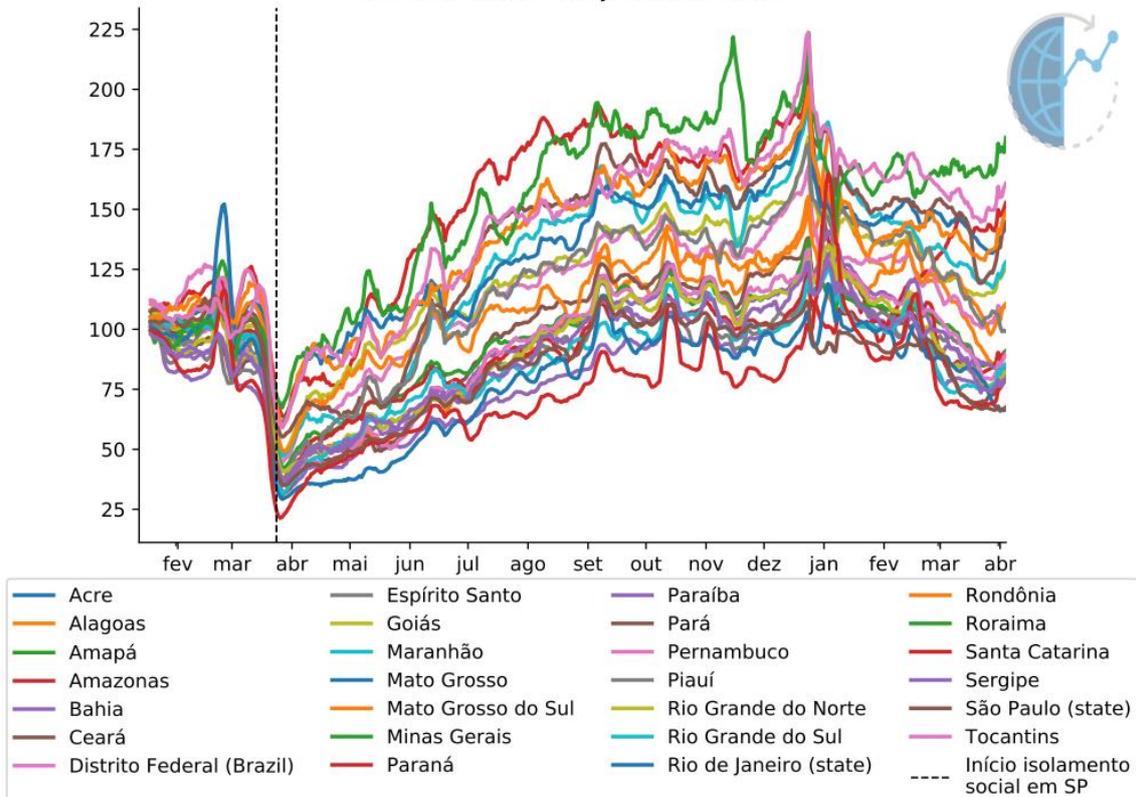
Cidade de São Paulo

Relatório de mobilidade do google - Cidade de São Paulo
Semana Móvel

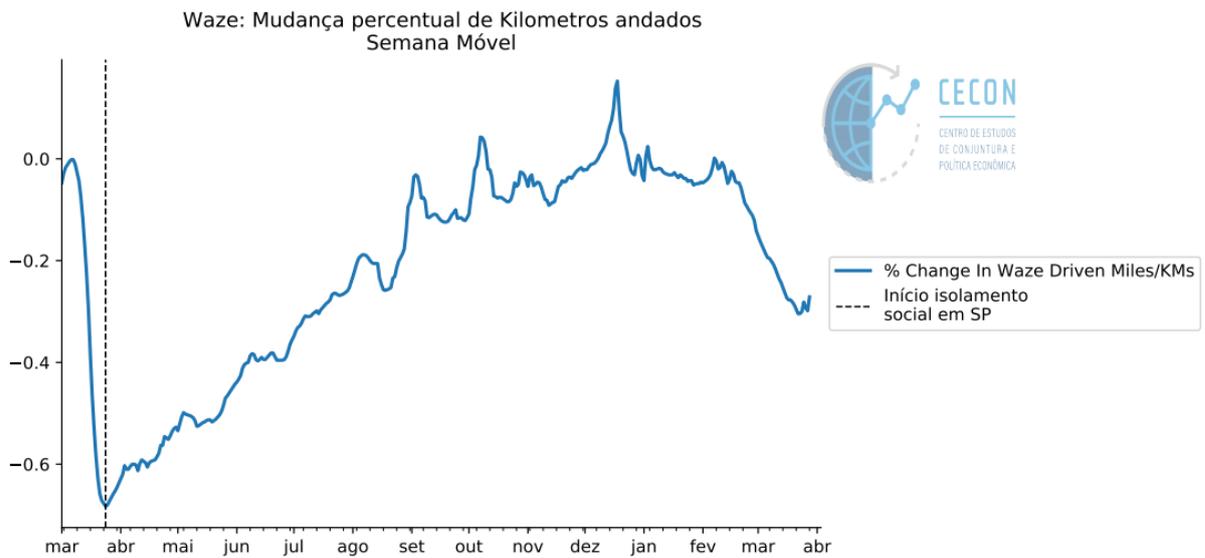


Apple: Tendências de mobilidade

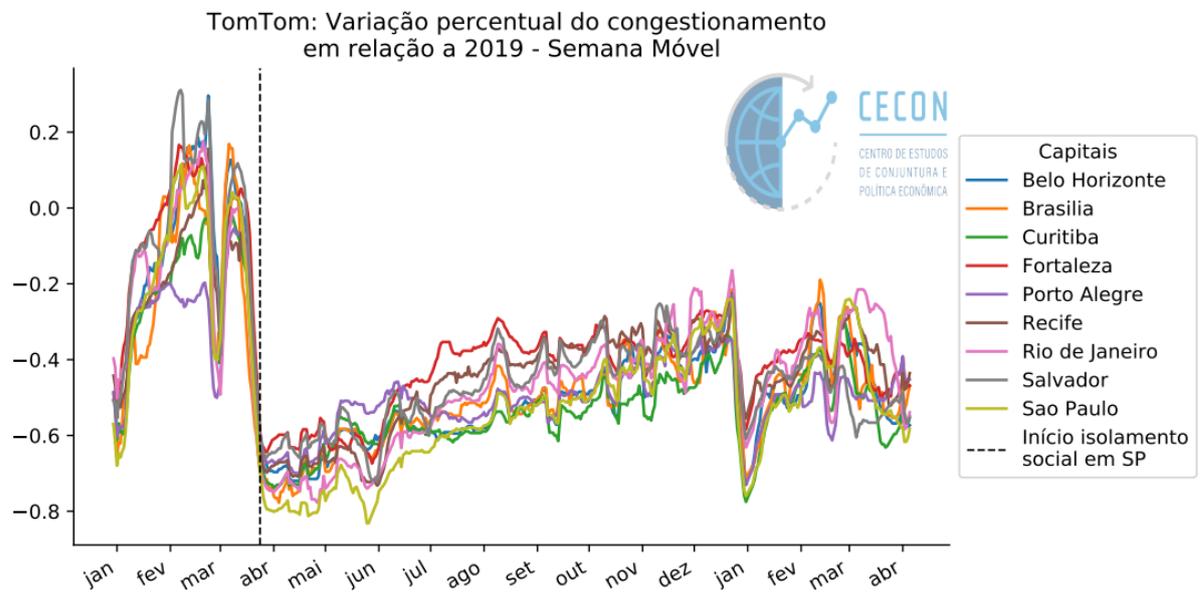
Relatório de mobilidade da Apple: Direção
Semana Móvel - 13/jan/2020 = 100



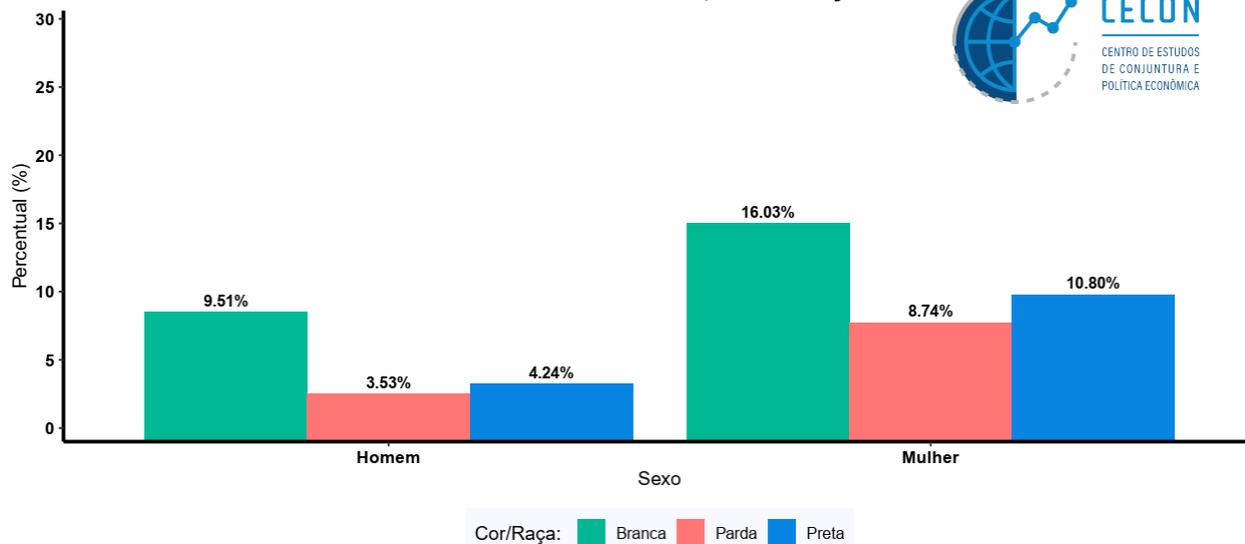
Waze: $\Delta\%$ Km



TomTom: Congestionamento

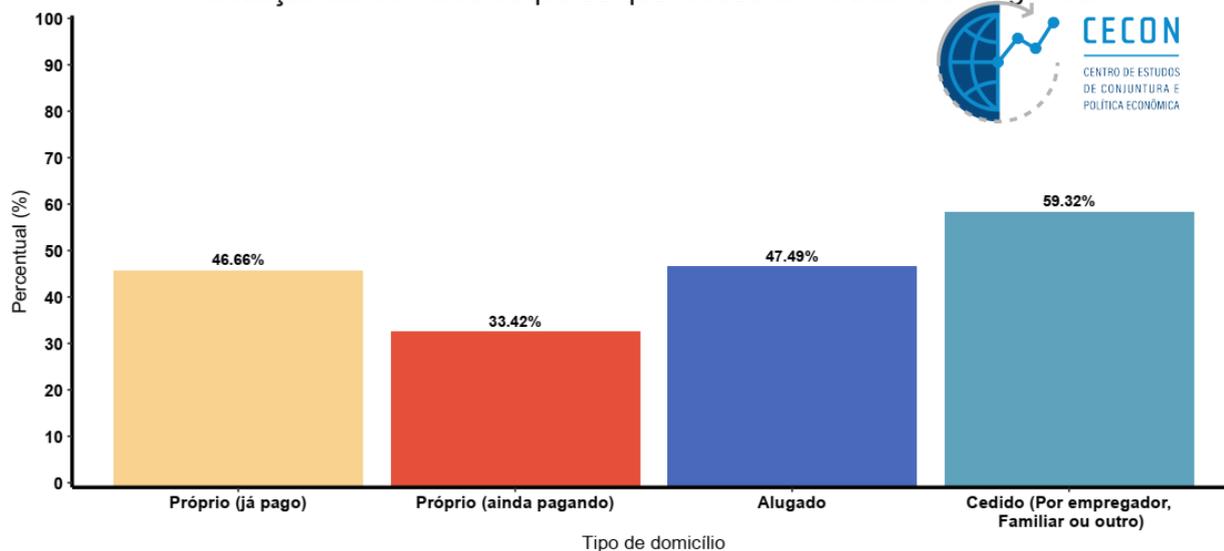


Pessoas em home office, por cor/raça e sexo



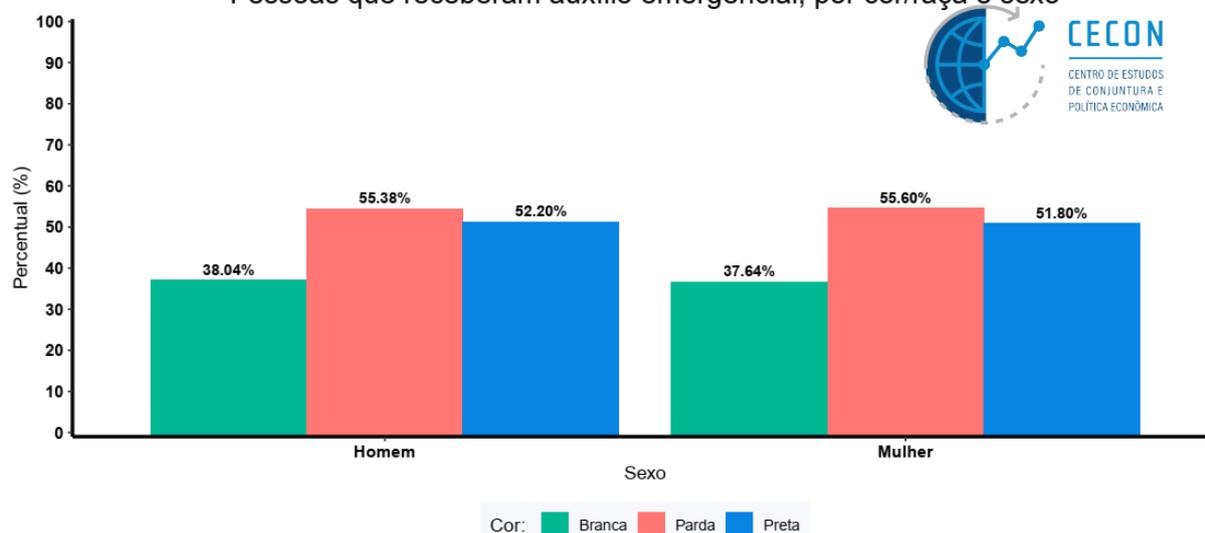
Fonte: Microdados da Pnad Covid19 – IBGE. Novembro 2020.

Situação do domicílio daqueles que receberam o auxílio emergencial



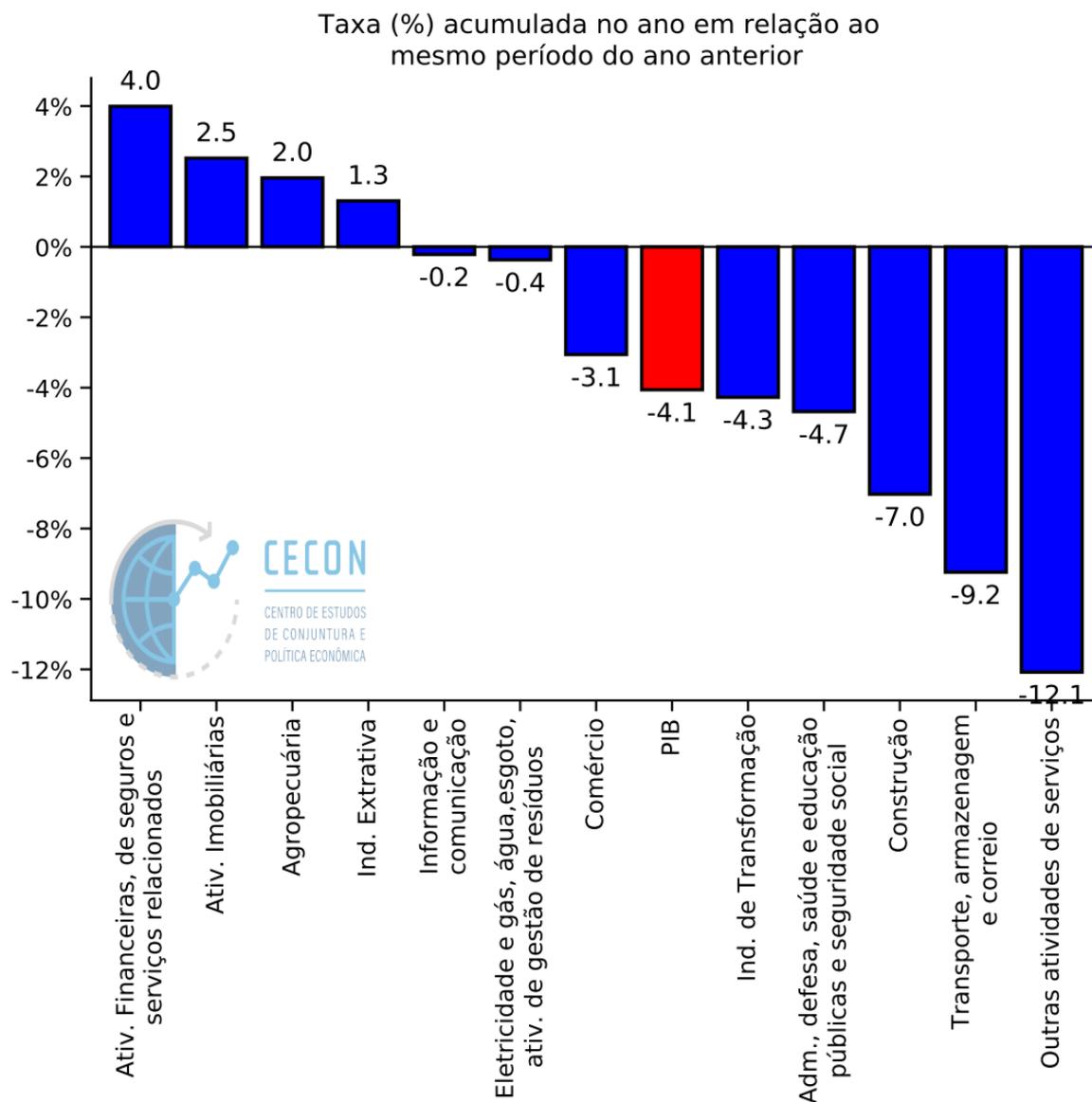
Fonte: Microdados da Pnad Covid19 – IBGE. Novembro 2020.

Pessoas que receberam auxílio emergencial, por cor/raça e sexo

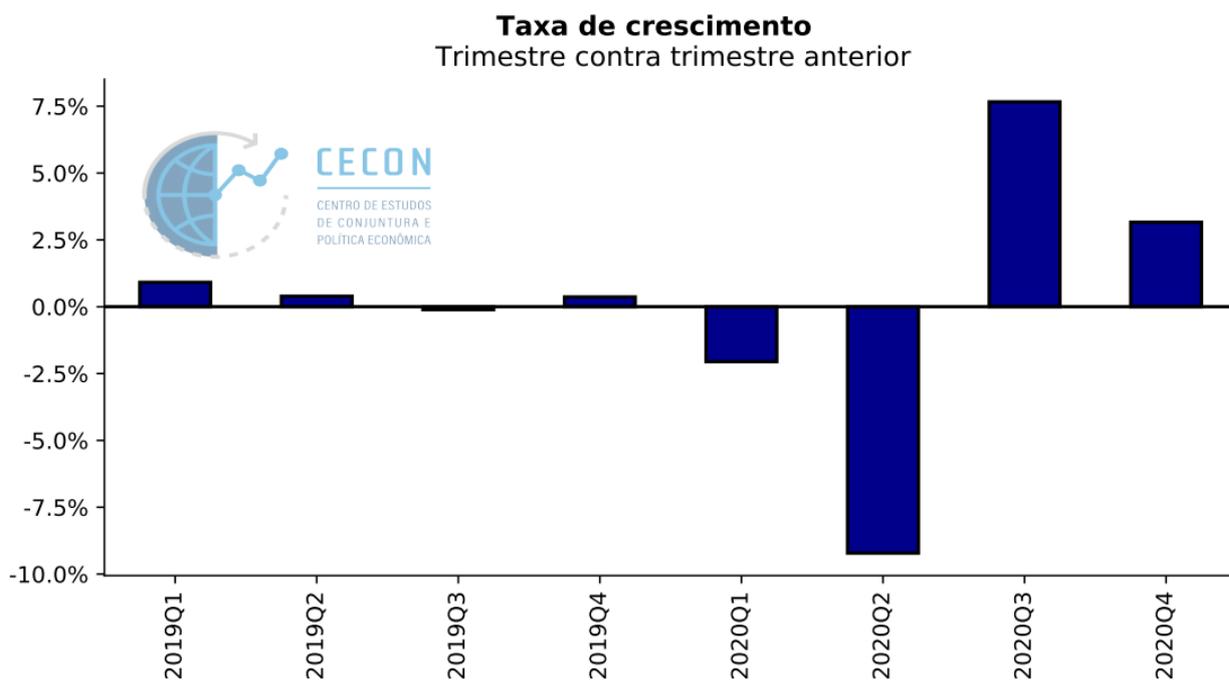


Fonte: Microdados da Pnad Covid19 – IBGE. Novembro 2020.

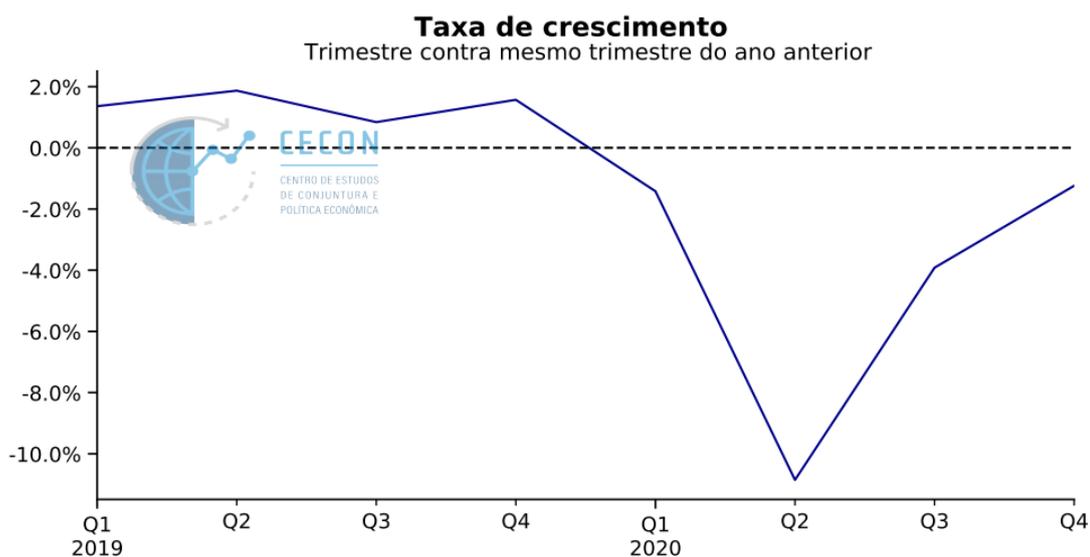
PIB



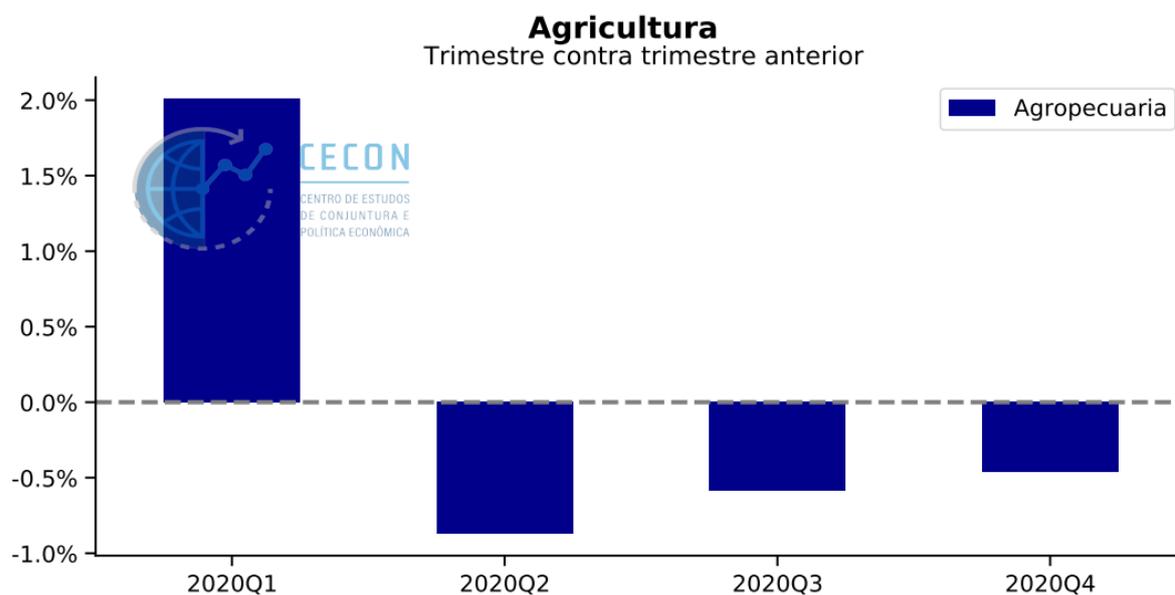
Trimestre Contra trimestre imediatamente anterior



Trimestre Contra mesmo trimestre do ano anterior



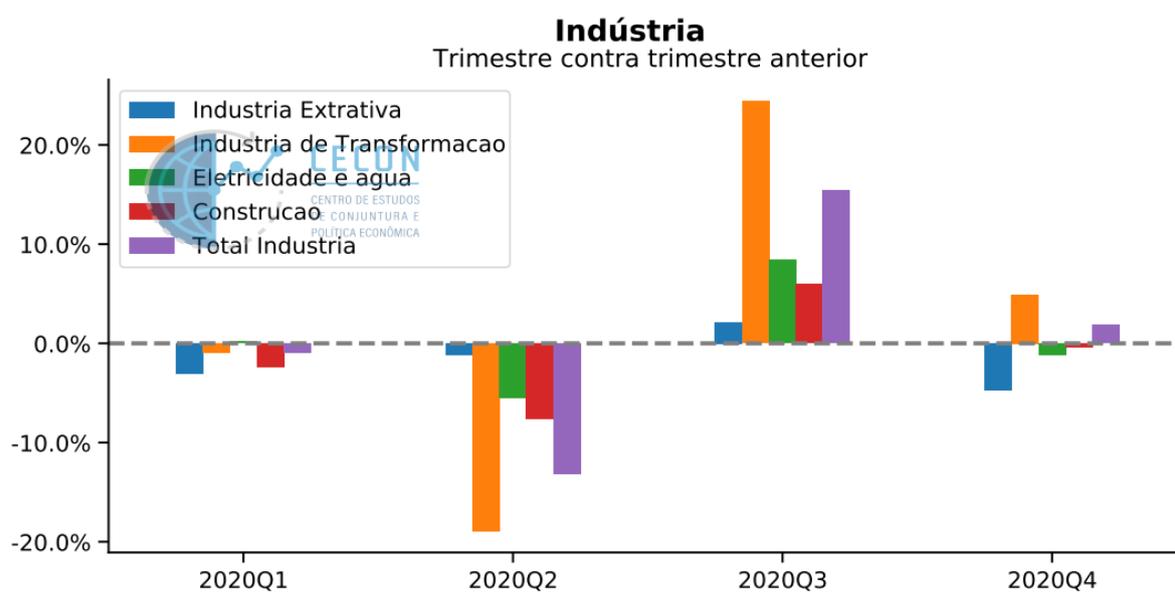
Agropecuária



Atualizado em 07/04/2021. Último dado disponível: 2020Q4

Fonte: IBGE

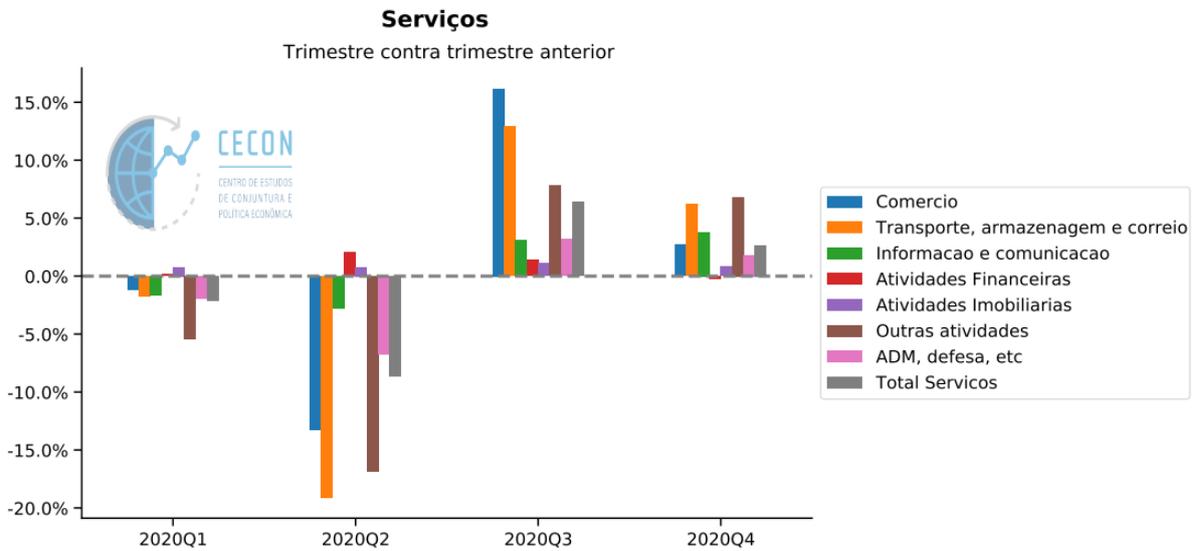
Indústria



Atualizado em 07/04/2021. Último dado disponível: 2020Q4

Fonte: IBGE

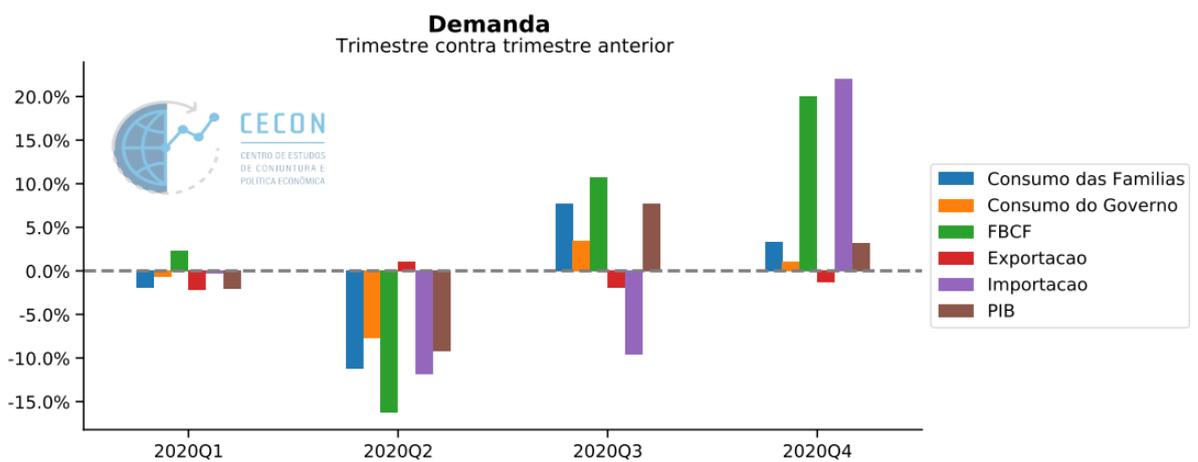
Serviços



Atualizado em 07/04/2021. Último dado disponível: 2020Q4

Fonte: IBGE

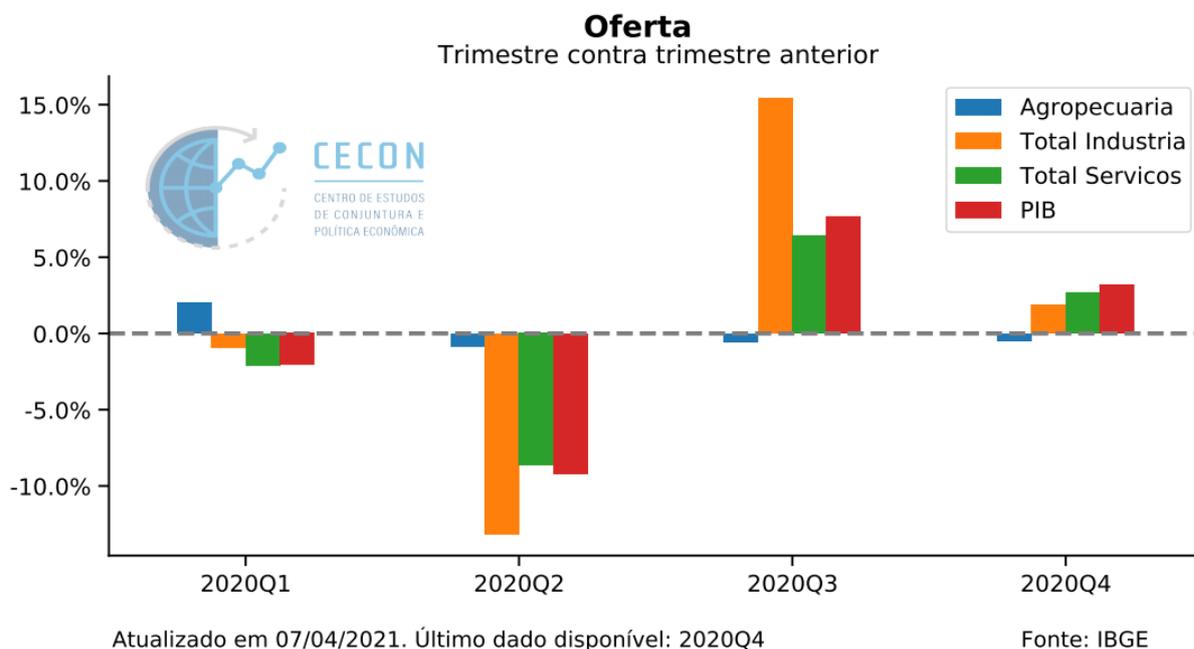
Demanda



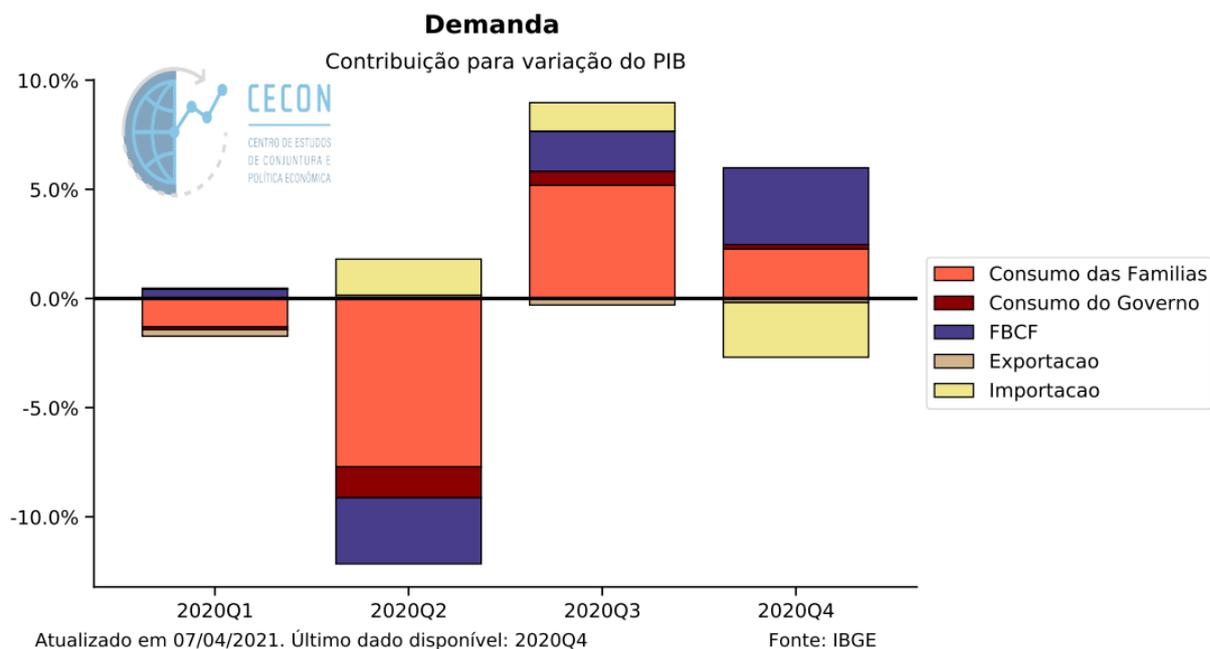
Atualizado em 07/04/2021. Último dado disponível: 2020Q4

Fonte: IBGE

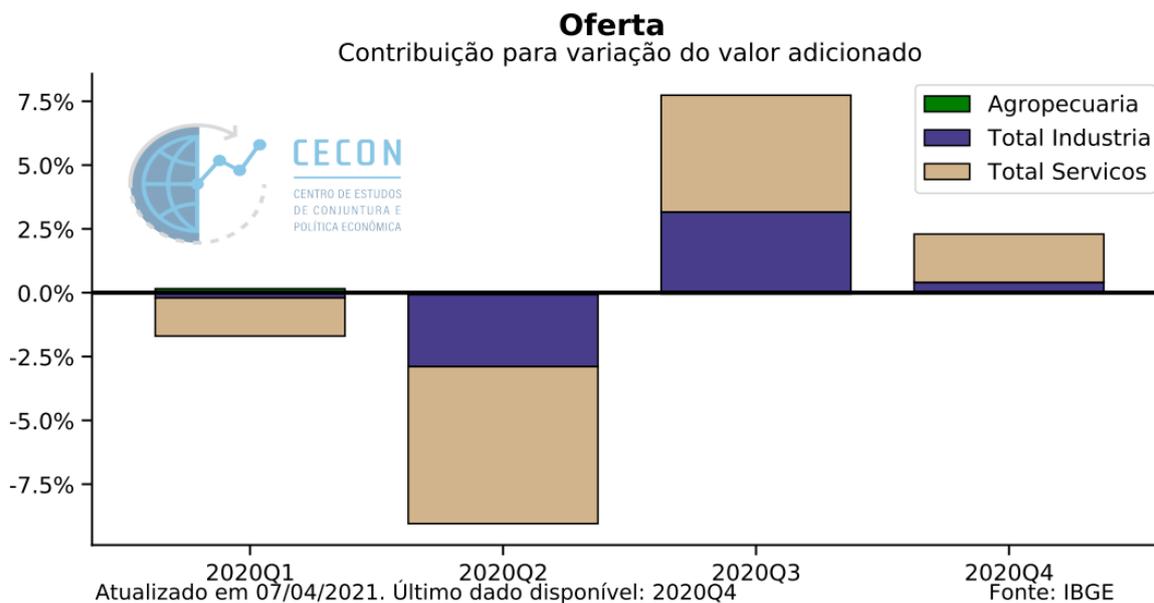
Oferta



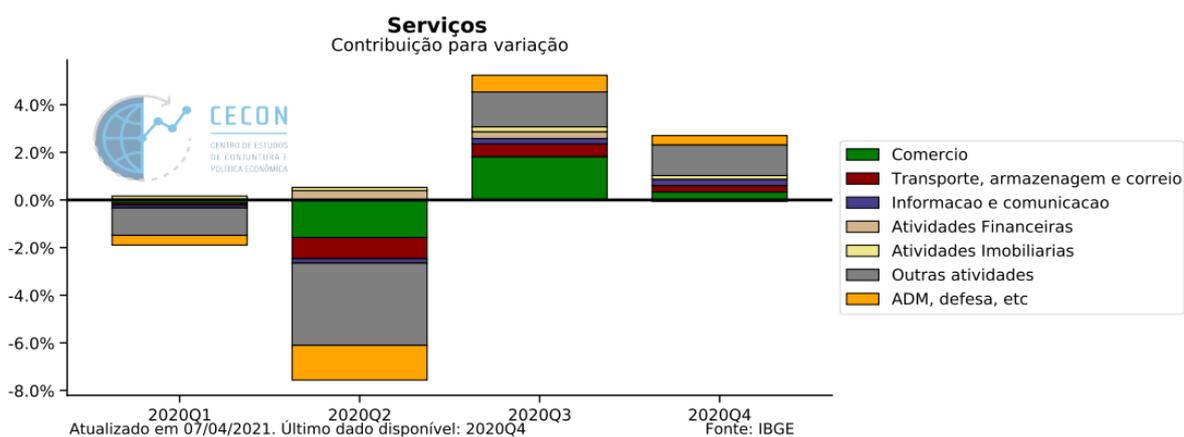
Contribuição para variação: Demanda



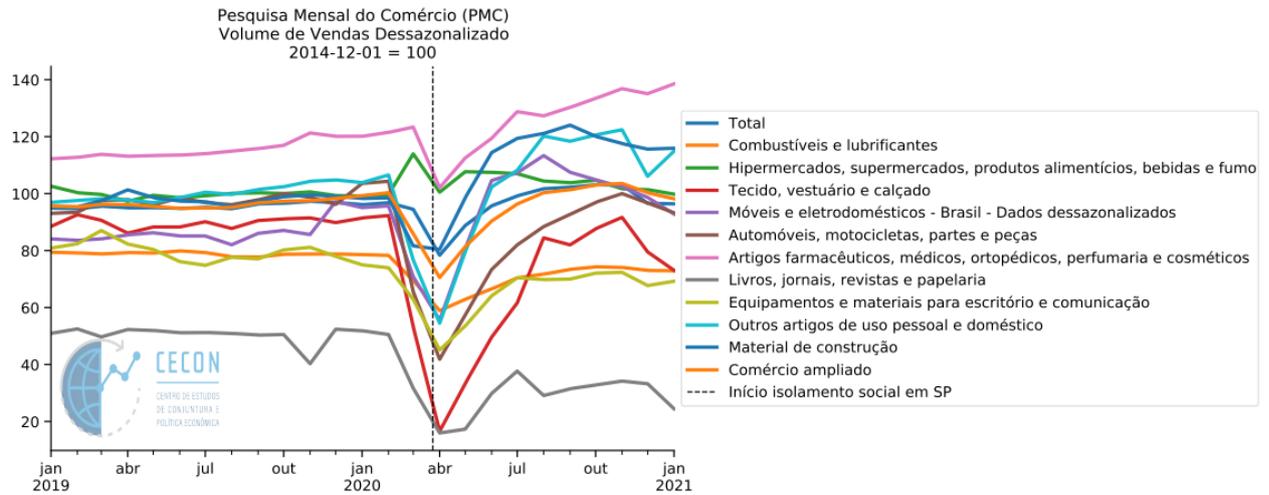
Contribuição para variação: Oferta



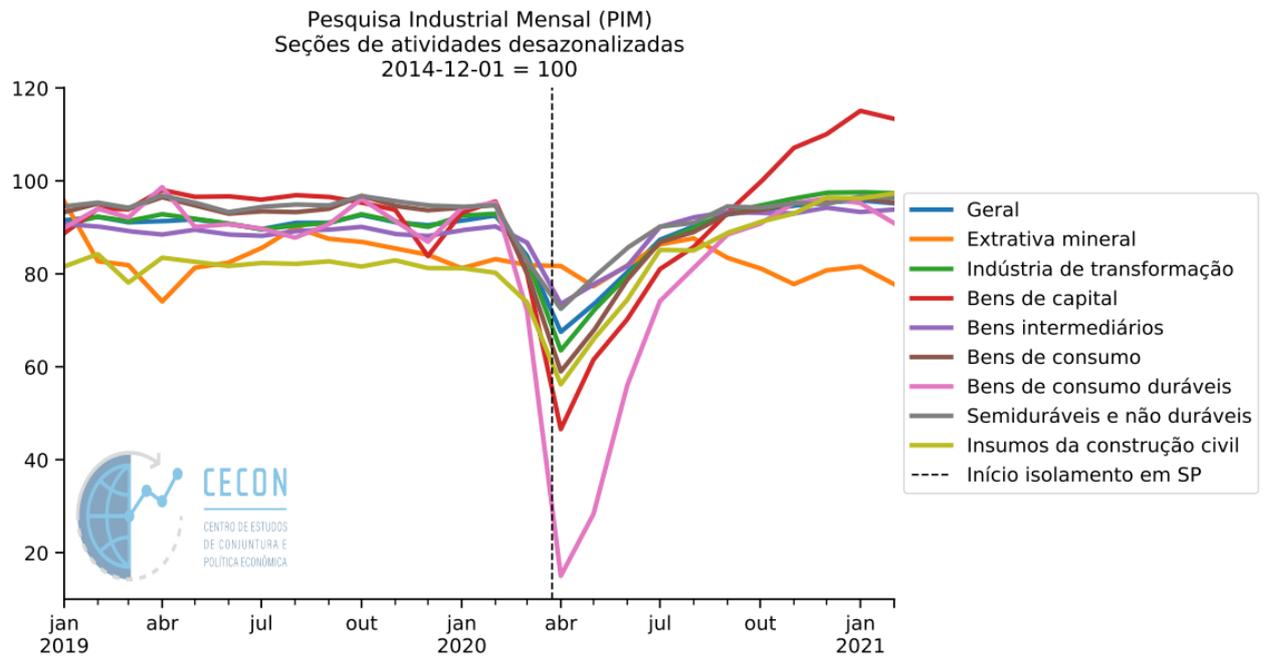
Contribuição para variação: Serviços



Pesquisa Mensal do Comércio (PMC)

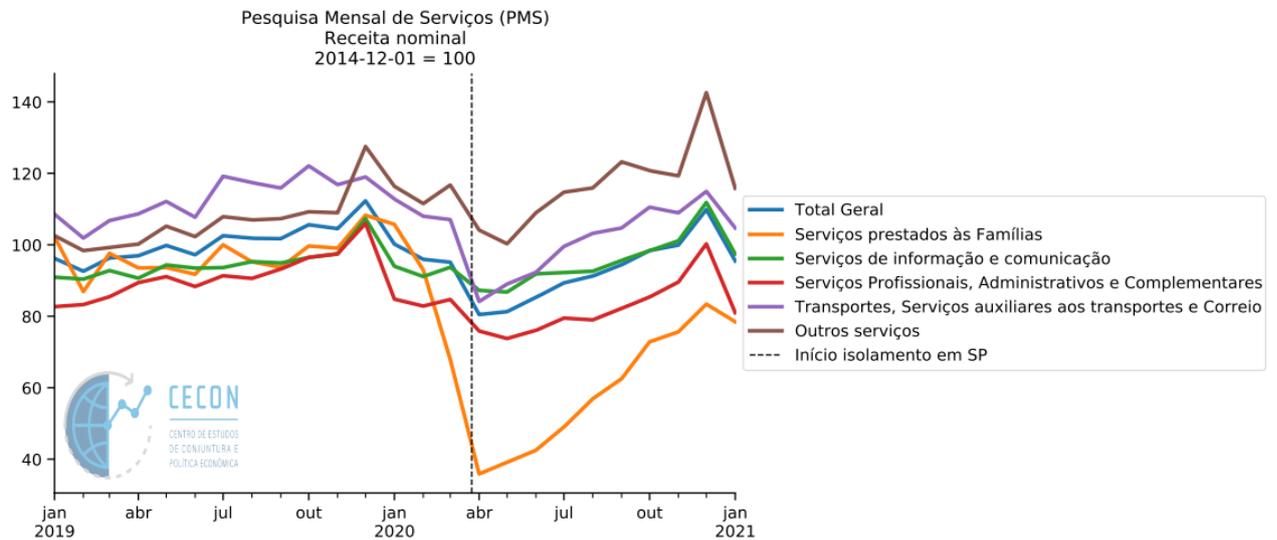


Pesquisa Industrial Mensal (PIM)

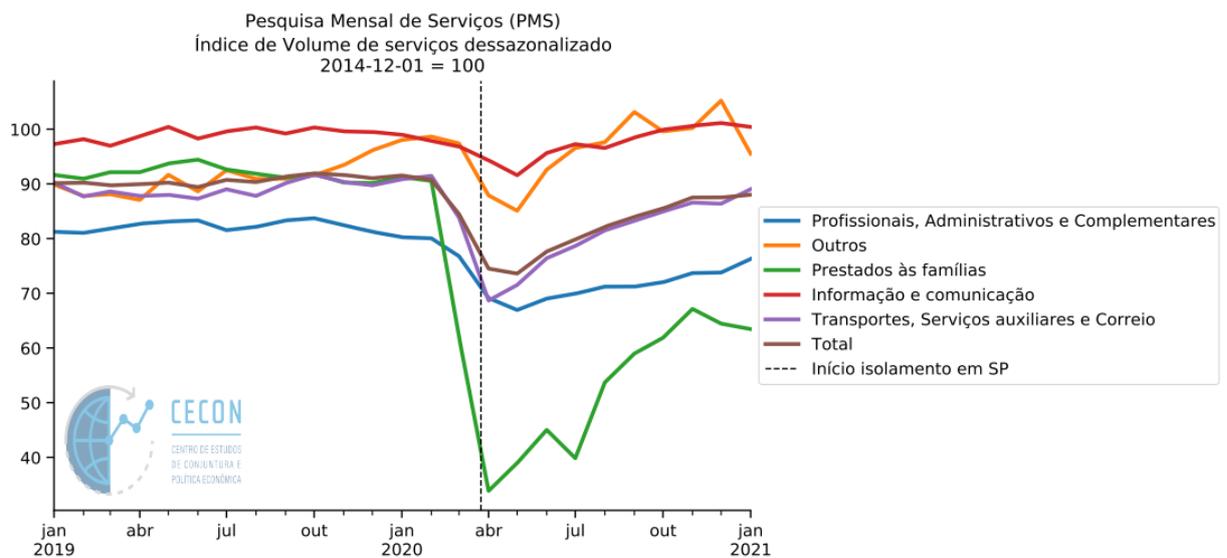


Pesquisa Mensal de Serviços (PMS)

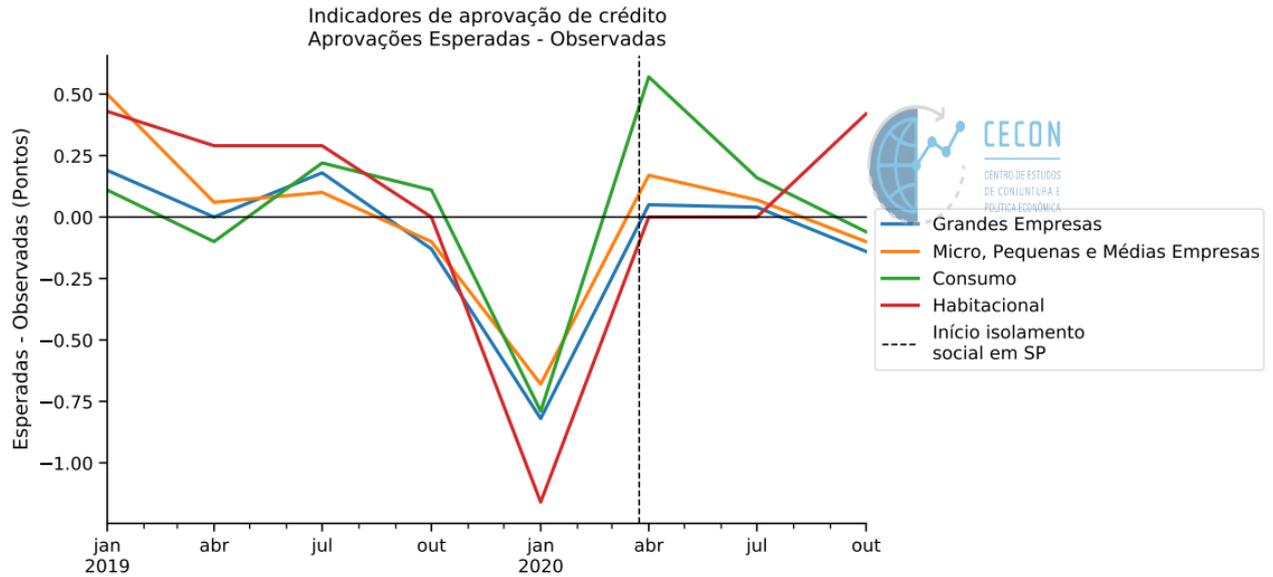
Receita nominal sem ajuste sazonal



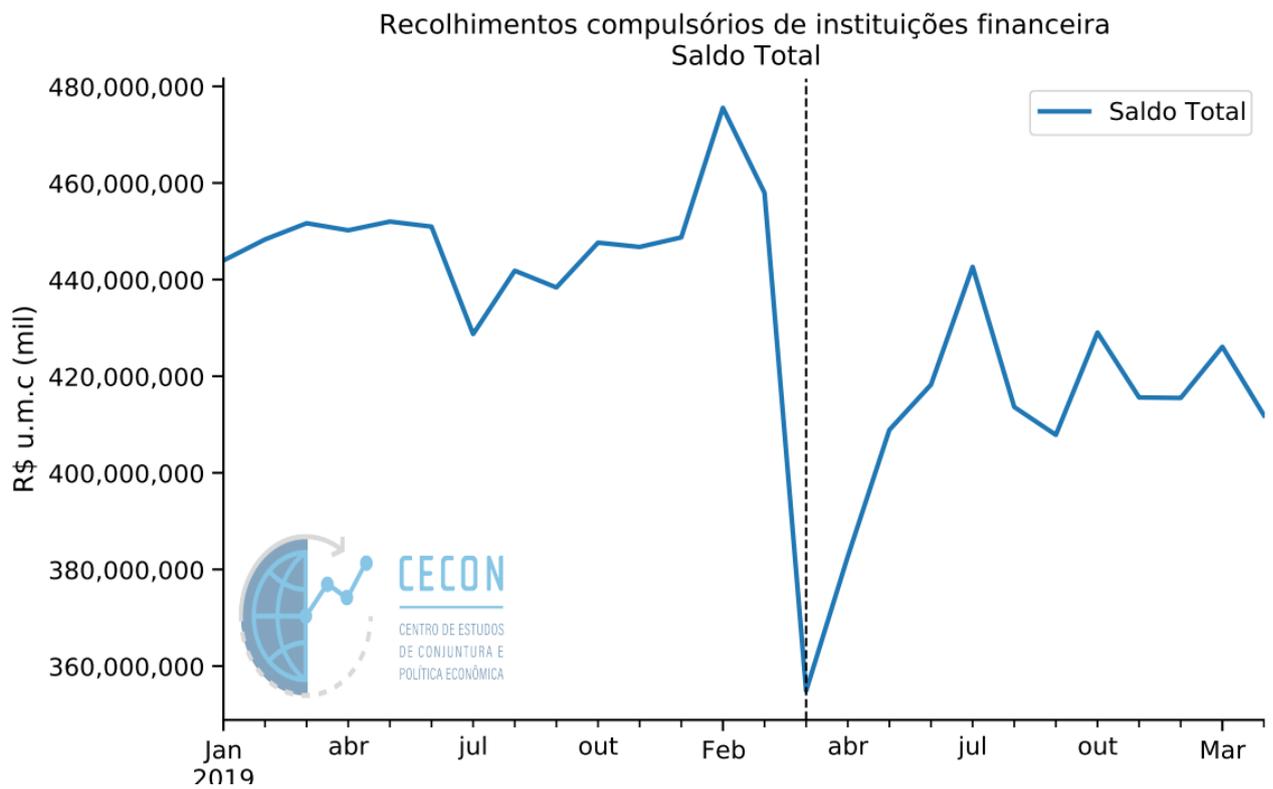
Volume com ajuste sazonal



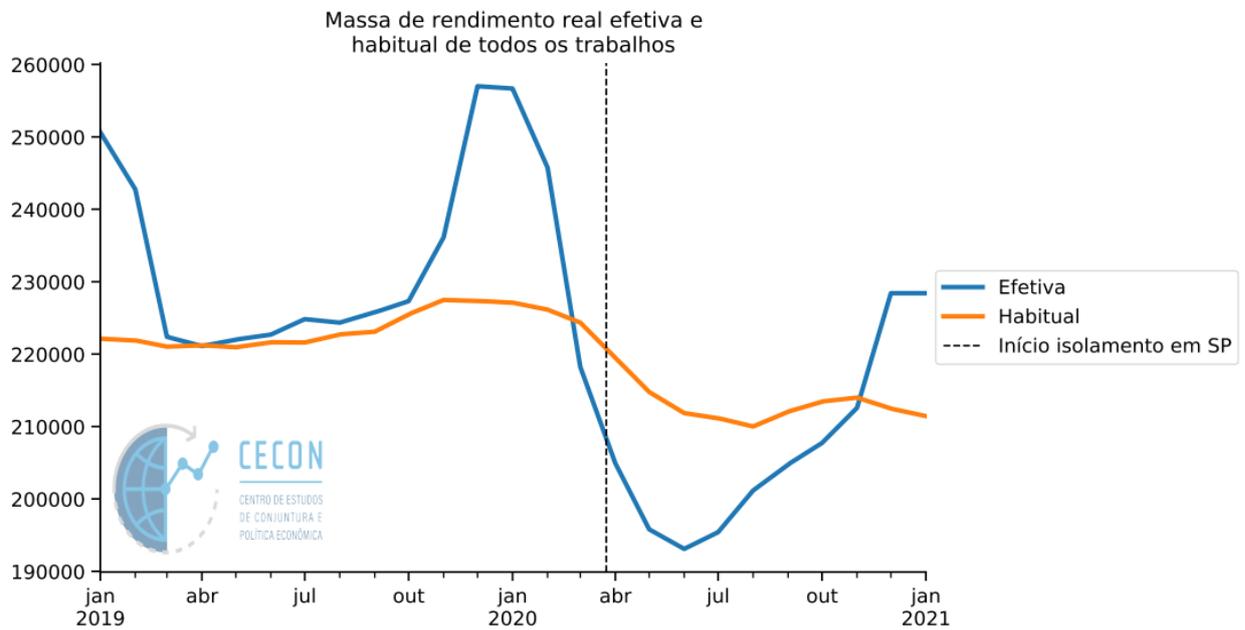
Indicadores de aprovação de crédito



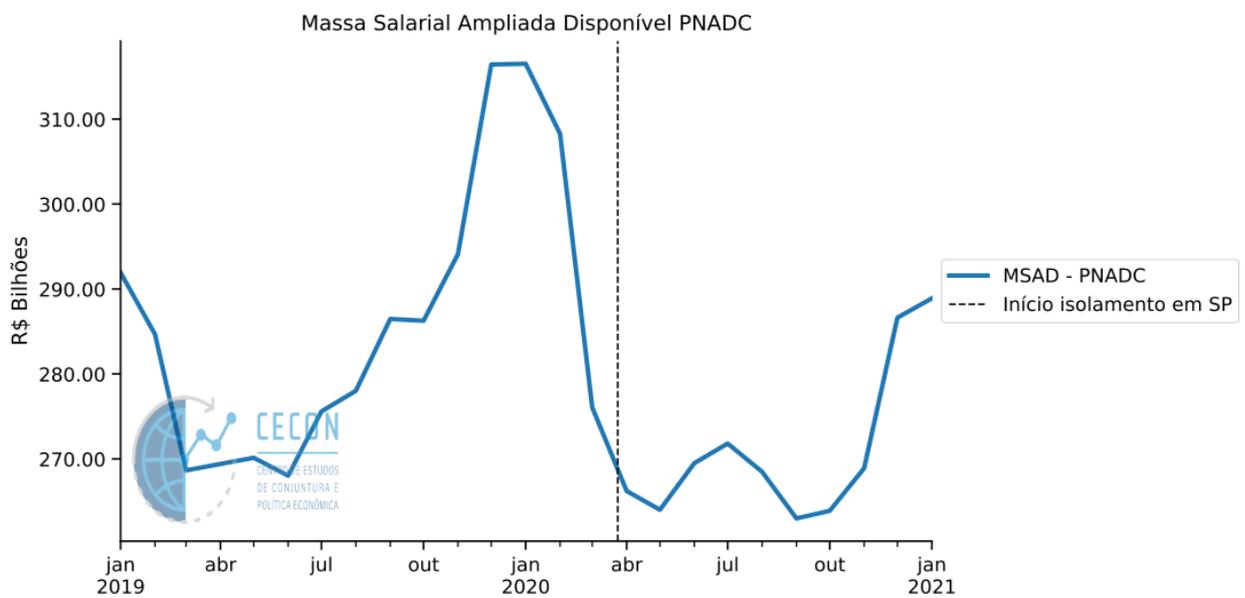
Recolhimentos compulsórios de instituições financeiras



Massa de rendimento real efetiva e habitual de todos os trabalhos



Massa Salarial Ampliada Disponível - PNADC



Número de horas trabalhadas - indústria de transformação

